

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**CRISTIANISMO, CAPITALISMO E SOCIALISMO:  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA  
ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS CRISTÃOS  
PRIMITIVOS E DOS CRISTÃOS  
CONTEMPORÂNEOS**

Richard Porto  
Matrícula: 0610661-6

Orientador: Armando de Melo Lisboa

Monografia Final de Graduação em Ciências Econômicas.

Florianópolis - 2007

Richard Porto  
Matrícula: 0610661-6

**CRISTIANISMO, CAPITALISMO E SOCIALISMO:  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA  
ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS CRISTÃOS  
PRIMITIVOS E DOS CRISTÃOS  
CONTEMPORÂNEOS**

Monografia apresentada ao Programa de  
Graduação da Universidade Federal de Santa  
Catarina como requisito para a obtenção do título  
de Bacharel em Economia.

Orientador: Armando de Melo Lisboa

Florianópolis - 2007

RICHARD PORTO  
CRISTIANISMO, CAPITALISMO E SOCIALISMO

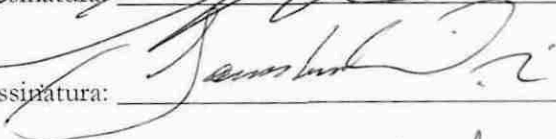
Monografia apresentada ao Programa de  
Graduação da Universidade Federal de Santa  
Catarina como requisito para a obtenção do título  
de Bacharel em Economia.

A Banca Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, submeteu o candidato à análise da Monografia em nível de Bacharelado e a julgou nos seguintes termos: *nota 8,5.*


Prof. Armando de Melo Lisboa

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: 

Prof. Jaime Cesar Coelho

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: 

Prof. Marcos Alves Valente

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: 

MENÇÃO GERAL:

\_\_\_\_\_

Coordenador do Curso:

\_\_\_\_\_  
Prof. Wagner Leal Arienti

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho primeiramente a meus pais por serem pessoas íntegras, estimulando-me à uma vida reta, à minha noiva Francisnéia por se constituir enquanto pessoa, igualmente bela e admirável em essência, estímulo que me impulsiona a alçar vôos mais altos, agradecendo-a por privar-se em muito da minha presença para que pudesse dedicar-me a este trabalho e enfim, a todos os cristãos que buscam uma vida fidedigna aos preceitos e ensinamentos bíblicos.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente à DEUS, por dar-me saúde, sabedoria e entendimento concedendo-me a oportunidade de realizar-me ainda mais com a confecção deste trabalho.

Aos meus pais EDSON e JOCELI, em especial à minha estimada mãe, que me educou estimulando-me a uma incessante busca pela verdade.

Ao meu orientador, Prof. ARMANDO DE MELO LISBOA pelo incentivo, simpatia e presteza no auxílio às atividades e discussões sobre o andamento e normatização desta monografia de conclusão de curso.

Aos amigos ALEXANDRE MEINECKE e IVAN LOBOR CANCELIER, que em momentos adversos no decorrer da graduação, deram-me o suporte necessário à manutenção do curso.



### 1.3 - Metodologia e Modelo de Análise

A formulação teórica tem seu embasamento em aspectos teóricos teológicos e conceituais e em trabalhos científicos, como o de Max Weber em seu livro clássico **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**.

Satisfazer os objetivos será possível após a formulação ou comprovação de que o cerne do cristianismo está no “ter tudo em comum”, onde o “amar ao próximo como a si mesmo” é o maior e mais importante dos mandamentos, sobrepujando toda e qualquer doutrina adjacente, tendo por base os textos bíblicos universalmente aceitos como os ensinamentos de Cristo nos evangelhos, as epístolas apostólicas e, ainda, o livro de Atos, que relata como viviam os primeiros cristãos.

A partir desta comprovação, buscar identificar as relações de “causa e efeito”, como a sociedade interagiu sob as influências do catolicismo e do protestantismo, e qual a importância desta interação na formação de uma sociedade capitalista que, no ocidente, identifica-se em sua maioria como cristã, apesar do contraste doutrinário em relação aos ensinamentos bíblicos.

Enfim, comprovar que, o interesse econômico sobrepuja a ética e moral cristãs, ou melhor, “cria” uma nova ética, uma nova moral, de acordo com o interesse e posição social do indivíduo.

## 2. ASPECTOS CONCEITUAIS

### 2.1 - Socialismo

Movimento social que, visando o bem estar da classe operária, busca uma forma de organização econômica e social onde não há diferença ou luta de classes. Todos teriam tudo em comum. Não se trata entretanto, de se dividir a riqueza entre todos. Simplesmente dividir ou distribuir os bens de consumo entre todos, não aboliria os desníveis sociais, uma vez que o meio de obtenção de riquezas (meios de produção) ainda estaria concentrado nas mãos de poucos e esta prática geraria uma camada de ociosos que não teriam razão para trabalhar, uma vez que desfrutariam dos bens de consumo independente de trabalharem ou não. Além disto, bens de consumo, em especial os de consumo imediato, não duram para sempre. Uma vez consumidos, há a necessidade de novos bens para se consumir. Não se trata então de “dar esmola ao povo”. Trata-se de disponibilizar, ou de se considerar os meios de produção como propriedade comum. Todos seriam responsáveis pela produção e teriam os mesmos direitos na divisão e no consumo dos bens produzidos pela sociedade como um todo.

Não se pode, entretanto confundir socialismo ou comunismo, com o que ocorreu nos países do leste europeu. Ainda hoje, quando se fala em comunismo, principalmente no meio cristão, logo há uma comparação com o que ocorreu naqueles países. Comunismo, quando assim imaginado, é considerado malévolos (e o é) e até diabólico. Ainda hoje, pregadores que nunca sequer seguraram em suas mãos uma obra de Karl Marx, o excomungam e dizem heresias a seu respeito, porque entendem por marxismo o que ocorreu no leste europeu. Aquilo não é comunismo, socialismo ou marxismo de forma alguma. O desaparecimento da propriedade privada não implica socialismo porque, como observa Cornelius Castoriadis, “a propriedade nacionalizada só pode ter um conteúdo socialista, se a classe dominante for o

*proletariado*” (CASTORIADIS, 1949, p.227). Nesse mesmo sentido observa Herbert Marcuse:

*“A nacionalização e a abolição da propriedade privada dos meios de produção não constituem, por si sós, diferenças essenciais, à medida que é exercido e imposto um controle e uma centralização da produção sobre a população.”* (MARCUSE, 1969, p. 80)

Observa-se que tanto Castoriadis quanto Marcuse estão apenas distinguindo estatização de socialismo.

Esta forma de organização da produção ocorrida na extinta União Soviética poderia até ser nomeada como Stalinismo, mas seguindo o raciocínio de Luiz Carlos Bresser Pereira, onde afirma: *“Com a eliminação do capital através da estatização dos meios de produção desaparece o capitalismo e surge em seu lugar o modo de produção tecnoburocrático ou estatismo”*.(BRESEER-PEREIRA, 1977, p.83), acredito que a forma mais correta seria conceituar esta forma organizacional como um meio de produção capitalista, onde o Estado era detentor dos meios de produção, utilizando mão de obra semi-escrava, pois o Os meios de produção na antiga União Soviética, em pouco diferiam da selvageria do capitalismo de todo o resto do mundo, principalmente se comparado aos dias atuais. A diferença é que o Estado era o detentor dos meios de produção e os operários eram obrigados a aceitarem o trabalho que lhes era imposto. No resto do mundo, os meios de produção estão concentrados nas mãos dos detentores do capital (por todos aceito como privado) e o operário quase tem o direito de escolher em que vai trabalhar.

Esta pequena explanação do que ocorreu na ex-União Soviética, aponta para a maior dificuldade: como organizar uma sociedade socialista?

A amarga experiência vivenciada no passado por outras nações evidencia que um Estado totalitário e ditaduras não são um meio adequado. Onde há poder, há espaço para corrupção e abusos, principalmente quando o poder é quase que absoluto.

## RESUMO

Este trabalho acadêmico de conclusão de curso trata da análise das relações sociais do cristianismo em relação ao capitalismo e ao socialismo.

Notoriamente, o cristianismo como um todo veio a desviar-se de uma proposta inicial voltada ao socialismo ou ao ter tudo em comum, passando a incorporar práticas capitalistas. Inclusive, Max Weber credita ao puritanismo e ao calvinismo – correntes da reforma protestante – a mudança na ética e moral cristãs, onde o trabalho, o lucro e a busca pelo acúmulo pessoal de riquezas e não mais o ascetismo religioso, passam a serem vistos como maneiras de se glorificar a Deus na vida do homem. Esta nova ética protestante cria o ambiente propício ao desenvolvimento do capitalismo, que segundo Weber é um espírito que tem vida própria e faz, inicialmente, uso da ética e pensamento religiosos para desenvolver-se, mudando-os por completo e, enfim, acaba por descartar a igreja nos dias atuais, por não mais necessitar desta para desenvolver-se.

Nos dias atuais, as igrejas cristãs, em sua maioria, atuam como grandes empresas capitalistas, onde não se buscam mais fiéis e sim consumidores, oferecendo à estes produtos que venham a satisfazer suas necessidades. A contabilidade não mais se dá pelo número de almas convertidas e sim pelo lucro monetário obtido por cada congregação.

Esta busca desenfreada por consumidores tornou as igrejas cristãs reféns do sistema capitalista e não mais se busca a mudança de vida das pessoas. Ao contrário, para garantir o lucro e o crescimento, mudam-se os produtos oferecidos aos consumidores, cada vez mais exigentes na satisfação de suas necessidades, resultando num afastamento quase que total da igreja cristã dos ensinamentos de Jesus.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1. PROBLEMÁTICA .....	3
1.1 Objetivo Geral .....	6
1.2 Objetivos Específicos ... ..	6
1.3 Metodologia e Modelo de Análise .....	7
2. ASPECTOS CONCEITUAIS .....	8
2.1 Socialismo .....	8
2.2 Capitalismo .....	11
2.3 Espírito do Capitalismo .....	13
3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA .....	17
4. O SOCIALISMO DOS CRISTÃOS PRIMITIVOS .....	21
4.1 – Modelo social adotado .....	21
4.2 – A visão dos primeiros cristãos quanto às posses .....	25
4.3 – O Caráter inclusivista do cristianismo .....	29
5. O CAPITALISMO DOS CRISTÃOS CONTEMPORÂNEOS .....	31
5.1 – O Mercado Religioso .....	35
5.2 – A Teologia da Prosperidade .....	39
5.3 – O Cristianismo Como Busca por Recompensas .....	43
6. A RELAÇÃO DO CRISTIANISMO COM OS SISTEMAS ECONÔMICOS E TRANSFORMAÇÕES IDEOLÓGICAS .....	49
6.1 – O Cristianismo Anterior à Reforma .....	50
6.1.1 - De uma Roma pagã à uma Roma cristã .....	50

6.1.2 – A consolidação da Igreja Católica .....	53
6.1.2.1 – A Igreja Constituída .....	57
6.1.2.2 – Os Concílios .....	59
6.1.2.3 – Ascensão do Papado .....	61
6.2 – O Cristianismo Posterior à Reforma .....	64
6.2.1 – Primeiras Sementes da Revolta .....	66
6.2.2 – A Reforma Protestante .....	70
6.3 – Uma Teoria à Transição Ideológica .....	74
7. CONCLUSÃO .....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	79

## INTRODUÇÃO

Uma breve e singela leitura bíblica do texto constante no livro de Atos dos Apóstolos, capítulo dois e versículos quarenta e quatro a quarenta e seis, nos indica que, no mínimo, há uma discrepância entre a forma de convívio e organização social dos cristãos primitivos, e a forma de convívio e organização social dos cristãos contemporâneos.

O supra mencionado texto bíblico, relata o que se segue:

*“Todos os que criam estavam juntos e tinham tudo em comum. Vendiam suas propriedades e fazendas e repartiam com todos, segundo cada um tinha necessidade. E, perseverando unânimes todos os dias no templo e partindo o pão em casa, comiam juntos com alegria e singeleza de coração” (At 2.44-46<sup>1</sup>).*

Independentemente do credo individual, há de se convir que o cristianismo se embasa na Bíblia, em especial no Novo Testamento. Entretanto, a despeito do relatado na referência acima, e ainda, na famosa passagem do “jovem rico”, mencionada em três dos quatro evangelhos (Mateus 19.16-30; Marcos 10.17-31 e Lucas 18.18-30), onde o próprio Cristo recomenda ao “jovem rico” que venda seus bens e distribua aos pobres, vemos que, as práticas litúrgicas e sociais dos cristãos contemporâneos, em muito se difere das práticas litúrgicas e sociais dos cristãos primitivos.

Aparentemente, os cristãos primitivos viviam uma espécie de “pré comunismo”, onde o amar ao próximo como a si mesmo (Marcos 12.30-33; João 13.34,35; 15.12-14), mantendo

---

<sup>1</sup> Todas as citações bíblicas são retiradas da seguinte obra: Bíblia Sagrada Letra Grande. Tradução de J. F. Almeida, Revista e Corrigida, Barueri, 1995, Sociedade Bíblica do Brasil.

todos os indivíduos em um mesmo nível social, sobrepujava todo e qualquer mandamento religioso, por mais importante que fosse.

Até mesmo os apóstolos, apesar de serem os líderes da ordem cristã, punham-se à mesma posição dos demais.

Todos eram irmãos e portanto iguais, como sugere a carta de Paulo à Filemon, senhor de um escravo fugitivo que se convertera na companhia do Apóstolo. Este o envia novamente à Filemon e em sua carta (v. 16) e pede que este o receba não mais como um escravo, e sim como um irmão.

Esta orientação do Apóstolo segue um preceito básico determinado por Jesus e registrado em Mateus:

*"Vós, porém, não queirais ser chamados Rabi, porque um só é o vosso Mestre, a saber, o Cristo, e todos vós sois irmão. E a ninguém na terra chameis vosso pai, porque um só é vosso Pai, o qual está nos céus. Nem vos chameis mestres, porque um só é o vosso Mestre, que é o Cristo. Porém o maior dentre vós será vosso servo." (Mt. 23.8-11)*

É latente que, o texto supra mencionado registrado em Mateus refere-se basicamente à posição clerical do indivíduo e este tema será melhor abordado adiante, mas como negar também seu caráter social, mantendo-o apenas na esfera religiosa?

É impossível separar o indivíduo cristão em um ser religioso e em um ser social, com caráter e posições distintas no que se refere à esfera religiosa e social. Cristianismo pressupõe mudança de vida como um todo. Cada ser é um indivíduo e não há espaço para duplicidade de ações e pensamentos no ser cristão.

A comunidade cristã, conforme sugerem os textos bíblicos neotestamentários, deveria ser igualitária, onde o propósito do indivíduo é o de servir à comunidade, onde o maior serve ao menor, suprimindo as necessidades básicas individuais.



Neste trabalho, faremos uma análise das discrepâncias entre os preceitos básicos do cristianismo em relação à maneira com que as comunidades cristãs se comportam no que tange a esfera social.

Irrelevante mencionar que um abismo separa as primeiras comunidades cristãs das atuais no que se refere à preocupação com o social.

Entretanto, este trabalho não pretende sugerir que as comunidades cristãs adotem uma postura radical e purista como as primeiras comunidades cristãs o fizeram, até porque isto mostrou-se inviável, como veremos adiante.

Também não se pretende adotar uma postura salvagista e tampouco arrogante e pretensiosa de apontar o “caminho da salvação”.

Este trabalho pretende apenas, chamar a atenção, no sentido de se apontar que as comunidades cristãs há muito, abandonaram os preceitos básicos ensinados pelo seu único Mestre, o Cristo.

## 1. PROBLEMÁTICA

Não se faz necessário muito esforço, para constatar-se que, hoje toda espécie de cristão, quer católico tradicional, católico carismático, protestante, pentecostal ou até neopentecostal, no que diz respeito à sua conduta moral e social, vive uma realidade que difere em muito do vivenciado e praticado pelos cristãos primitivos, o que independe de o fazer de forma consciente ou não. Ressalte-se que, ter tudo em comum, não era apenas uma prática social. Fazia parte da liturgia religiosa.

Hoje, as mais variadas denominações cristãs detêm um sofisticado meio capitalista de obtenção de recursos financeiros, tendo como aparato emissoras de televisão, rádio, editoras de livros, produtoras de DVD's e CD's, etc. Há ainda, cartões de créditos onde parte dos lucros vão para as entidades religiosas. Não podemos esquecer, é claro, dos tradicionais amuletos, prática católica, recentemente incorporada pelos protestantes em geral.

Tudo parece diferir das origens cristãs. Mas, a questão seria, em que ponto exatamente a nau mudou o rumo. Teria sido a partir da reforma protestante? Ou a reforma já foi uma tentativa de corrigir distorções religiosas e sociais, onde somente o clero e as altas castas sociais podiam usufruir das benesses dos lucros e do enriquecimento?

É evidente que o protestantismo trouxe uma nova visão com relação ao trabalho e ao enriquecimento. Em seu livro clássico, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Max Weber identifica o "*ethos*" capitalista com a ética protestante que se peculiariza por exaltar o "trabalho" como um meio de aproximação do homem para com Deus. Além disso, segundo Weber, a vocação para o trabalho secular é vista como expressão de amor ao próximo. O trabalho não só une os homens, como proporciona aos mesmos a certeza da concessão da graça. Diferentemente do catolicismo, para o protestantismo a única maneira aceitável de viver para Deus não está na superação da moralidade secular pela ascese monástica, mas sim no cumprimento das tarefas do século, impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo.

Logo, o efeito da Reforma, em contraste com a religião católica, teria sido o de engrandecer a ênfase moral e o prêmio religioso para com o trabalho secular e profissional. Constitui-se assim uma moral vinculada ao culto do trabalho. Este deve ser executado como um fim em si mesmo, como uma "vocação" que só pode ser encontrada através de um longo processo de Educação. O homem deve trabalhar, independentemente das condições impostas pelo tipo de serviço que executa, para ter a certeza de sua proximidade com Deus.

*"Pois o 'eterno descanso da santidade' encontra-se no outro mundo; na Terra, o Homem deve, para estar seguro do seu estado de graça, 'trabalhar o dia todo em favor do que lhe foi destinado'. Não é, pois, o ócio e o prazer, mas apenas a atividade que serve para aumentar a glória de Deus, de acordo com a inequívoca manifestação da Sua vontade". (WEBER, 2001, p. 125)*

O trabalho ocupa um lugar fundamental na ética protestante. Constitui a própria finalidade da vida. O ócio e a preguiça são encarados como um sintoma da ausência do estado de graça. Não basta apenas ganhar dinheiro, ou seja, o trabalho exercido não pode ser o do tipo "aventureiro", político ou especulativo. Max Weber distingue muito bem a ética do capitalismo "aventureiro" da ética do capitalismo racional.

O acúmulo de riquezas que não se baseasse no *ethos* de uma organização racional do capital e do trabalho não poderia se adaptar ao ideário protestante. Mesmo enriquecendo, o indivíduo não pode se sujeitar ao ócio para viver de renda ou especulação. O protestantismo lega ao trabalhador que enriquece uma responsabilidade moral que o inibe a consumir o luxo. Para Max Weber, mesmo que o protestantismo tenha tentado inibir o abandono da ascese por parte do homem que teria enriquecido, esse *ethos*, voluntária ou involuntariamente, serviria de estímulo ao crescimento do capitalismo.

*"Mas o que era ainda mais importante: a avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida que aqui apontamos como 'espírito' do capitalismo". (WEBER, 2001, p. 137)*

Em suma, Weber afirmava que a doutrina protestante, de predestinação e de santidade do trabalho, teria criado a mentalidade capitalista e lançado os princípios da Era Industrial.

Neste sentido, como é sabido, Weber argüiu que o Calvinismo e o Puritanismo forneceram o clima e o veículo necessários para a eclosão do espírito capitalista, definindo este como uma simbiose de individualismo econômico, cálculo econômico exato e comportamento econômico racional.

Entretanto, Weber também deixa claro, logo na introdução de seu trabalho, que as empresas capitalistas, inclusive com uma considerável dose de racionalização capitalística existiram em todos os países civilizados da terra. Da mesma forma, afirma que os burgueses já existiam de forma permanente antes do desenvolvimento da forma específica do capitalismo ocidental, deixando claro que a busca por riqueza e poder são inerentes ao ser humano.

### **1.1 - Objetivo Geral**

Efetuar uma análise comparativa entre a organização social dos cristãos primitivos e a organização social dos cristãos contemporâneos, tendo por base textos extraídos do Novo Testamento da Bíblia e as considerações de Max Weber em seu livro clássico **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**.

### **1.2 - Objetivos específicos**

- a) Comprovar, pela análise de textos bíblicos neotestamentários, que os cristãos primitivos viviam uma espécie de pré-comunismo;
- b) Identificar a contribuição dos clérigos católicos apostólicos romanos para a transição de um modelo pré-comunista para um modelo capitalista;
- c) Identificar a contribuição da reforma protestante, tanto luterana como calvinista, para a formação de uma sociedade capitalista.

Uma alternativa seria a social democracia, onde os governantes seriam eleitos e o Estado seria absoluto, com divisão de poderes numa tentativa de evitar ou pelo menos minimizar os abusos individuais. O problema reside no fato de que, principalmente em países como o nosso, a população em sua maioria, é absolutamente ignorante. O sistema educacional apenas garante a perpetuação das desigualdades sociais e educacionais. Nosso ensino básico é lastimável. As crianças não aprendem a raciocinar, somente sabem decorar e repetir. O ensino básico (o mais importante no desenvolvimento do indivíduo) de qualidade somente é encontrado em escolas particulares. Ensino público de qualidade, somente o superior onde o acesso é por concurso e somente os mais preparados, os que tiveram acesso à uma educação de maior qualidade obterão ingresso. Este sistema perpetua a ignorância. Uma população ignorante, não tem condições de avaliar quais rumos a nação deve tomar, o que é melhor ou pior para si próprio. Nestes termos, não sabe avaliar uma proposta de administração pública e conseqüentemente não tem como avaliar qual candidato a um cargo público atende às suas expectativas (ou à expectativa que deveria ter), ou seja, um povo ignorante simplesmente não sabe votar. Nestas condições, independente do sistema de governo ser socialista ou capitalista, haverá sempre a perpetuação das desigualdades, pois sempre haverá abuso de poder e os interesses individuais ou das classes dominantes sempre sobrepujarão o interesse coletivo.

Nenhum sistema é perfeito e tem todas as soluções, até porque todos são criados por homens. Mas ao menos podemos optar pelo menos imperfeito, que penso ser a social democracia.

O socialismo, se não tem todas as respostas e soluções, ao menos parece ser uma alternativa mais justa, que busca o bem estar coletivo e abomina as desigualdades e discrepâncias sociais, econômicas e educacionais.

Ouso afirmar, ainda, que o socialismo, não por imposição mas por convicção, é o que mais se aproxima do que Jesus preconizou durante os três anos de seu ministério. O que mais

incitou o ódio dos líderes religiosos de sua época e o levou à cruz foi sua insistência de que diante de Deus, todos somos iguais.

*“Vós, porém, não queirais ser chamados Rabi, porque um só é o vosso Mestre, a saber, o Cristo, e todos vós sois irmão. E a ninguém na terra chameis vosso pai, porque um só é vosso Pai, o qual está nos céus. Nem vos chameis mestres, porque um só é o vosso Mestre, que é o Cristo. Porém o maior dentre vós será vosso servo.” (Mt. 23.8-11, grifo meu)*

Esta era a forma com que os primeiros cristãos conviviam, e está registrado no texto de Atos que se segue:

*“Todos os que criam estavam juntos e **tinham tudo em comum**. Vendiam suas propriedades e fazendas e **repartiam com todos**, segundo cada um tinha necessidade. E, perseverando unânimes todos os dias no templo e partindo o pão em casa, comiam juntos com alegria e singeleza de coração” (At 2.44-46, grifo meu)*

## 2.2 - Capitalismo

Sistema econômico e social predominante na maioria dos países que baseia-se na interação entre os detentores dos meios de produção (capitalistas) e os indivíduos que vendem sua força de trabalho aos primeiros.

Com ênfase à propriedade privada, o que garante o acúmulo de riquezas e legitima a detenção dos meios de produção nas mãos de poucos, o sistema capitalista se reproduz a partir da apropriação por parte do capitalista do lucro, ou segundo Marx, da mais valia gerada pelo trabalhador.

As desigualdades econômicas e sociais geradas pela má distribuição de renda são fatores preponderantes, em especial em países subdesenvolvidos, o que gera o chamado exército industrial de reserva, garantindo mão de obra barata para uma indústria cada vez mais

globalizada. Com o advento da globalização da economia, cresce também o fator da divisão internacional do trabalho, onde os países pobres disponibilizam mão de obra barata para as multinacionais oriundas de países desenvolvidos.

O acréscimo das injustiças sociais produz a chamada luta de classes entre os detentores do capital e os trabalhadores, os primeiros lutando por mais lucro e os segundos lutando por melhores salários e condições de trabalho.

Nos países mais desenvolvidos, onde há uma consciência social coletiva e os sindicatos ainda detêm alguma força, esta luta de classes ainda é equilibrada. Entretanto, em países subdesenvolvidos, esta luta é desigual, pois além da falta de uma consciência social coletiva, os sindicatos quase nada podem fazer, pois sempre há interferência do poder público, em especial o judiciário nas manifestações por melhores salários e até mesmo por simples reposição salarial. Nestas condições, os salários praticamente são impostos pela classe patronal, pois o número de desempregados é tão alto, que sempre há alguém disposto (ou desesperado o bastante) a aceitar salários abaixo do considerado digno.

Com a consolidação da globalização e da divisão internacional do trabalho, é provável que os sindicatos de países desenvolvidos percam forças, pois com as atuais plantas das mais modernas indústrias, estas simplesmente podem mudar-se de um país para outro em questão de poucos dias, transportando todo o ferramental necessário à produção. Assim sendo, a indústria pode migrar de um país à outro sempre que achar interessante, em busca de mão de obra mais barata.

No capitalismo, a busca desenfreada pelo lucro gera crescentes distorções sociais, havendo a necessidade de intervenções dos governos, cada vez mais impotentes frente ao crescente poderio econômico das grandes indústrias.

Há uma tendência mundial de absorção das pequenas indústrias pelas grandes multinacionais, monopolizando a produção e inviabilizando a livre concorrência, fator de fundamental importância no capitalismo para garantir a qualidade dos produtos, além de preços razoáveis para que a maioria dos consumidores tenha acesso às manufaturas, o que garante mais produção, gera mais renda e conseqüentemente mais consumo, que novamente impulsiona a produção, gerando uma espiral de crescimento ou um círculo virtuoso.

### 2.3 - Espírito do Capitalismo

Expressão empregada por Max Weber em seu livro **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, que não pode ser definida em uma única frase. Há muitas características pertinentes ao que Weber denomina “Espírito do Capitalismo”, tanto que dedica um capítulo inteiro de seu livro na tentativa de conceituá-lo, conseguindo apenas expor algumas de suas características.

A primeira característica é a de que o “Espírito do Capitalismo” impõe uma nova ética, denominada “*ethos*”, que difere de tudo o que a sociedade estava habituada.

Ações que anteriormente seriam interpretadas como avarentas, ou na melhor das hipóteses como bom senso comercial, agora são encaradas como “a razão de viver do indivíduo”. Buscar a reprodução do capital passa a ser o dever, o ideal do homem honesto. A busca pelo lucro é um fim em si, não importando os meios empregados, desde que não firam a esfera da legalidade.

Weber identifica com muita propriedade que o Espírito do Capitalismo se faz valer da ascese protestante para desenvolver o capitalismo. É como se tivesse vida própria: cria uma norma na forma de sanção psicológica ao indivíduo protestante que funciona perfeitamente



nas “duas pontas”, no sentido da concepção do trabalho como vocação, como um meio de se alcançar a graça de Deus, e conseqüentemente a salvação de sua alma.

Do lado burguês, criou-se um ethos no sentido de se fazer o melhor ou o máximo tanto para esta vida quanto para a vida eterna, libertando o indivíduo a acumular riquezas enquanto o fizesse por meios legais, seguindo o conceito do utilitarismo de Franklin. Há uma mudança radical. Cai por terra a busca interior e individual pelo reino dos céus, ilustrada por Bunyam em “**O Peregrino**” (que, de acordo com a editora Central Gospel, atual detentora dos direitos de publicação no Brasil, é o segundo livro mais vendido no mundo, perdendo somente para a Bíblia) e surge a figura do isolado homem econômico que também desenvolve atividades missionárias, na fantasiosa figura de Robinson Crusoe.

Dentro do princípio “*to make the most of both worlds*”, ou fazer o máximo tanto nesta como para a outra vida, conceito reforçado pelo metodismo, que orientava seus fiéis a serem laboriosos e econômicos, Weber descreve muito bem este novo ethos burguês:

*“Uma ética profissional especificamente burguesa surgiu em seu lugar. Consciente de estar na plena graça de Deus, e sob a sua visível benção, o empreendedor burguês, enquanto permanecesse dentro dos limites da correção formal, enquanto sua conduta moral fosse sem manchas e não fosse objetável o uso de sua riqueza, podia agir segundo os seus interesses pecuniários e assim devia proceder”.*(WEBER 2001, p. 141)

É válido lembrar que, dentro deste “*ethos*”, o indivíduo trabalhava e acumulava riquezas não para si, mas para a glória de Deus e assim o sendo, ao cumprir a vontade divina, alcançava a certeza da obtenção da graça de Deus.

Na outra ponta, a dos trabalhadores, este Espírito do Capitalismo criou mecanismos a garantirem uma mão de obra eficiente e barata. A ascese cristã foi o nascedouro da conduta racional que gerou o conceito de vocação, onde o trabalhador fiel e seu ofício eram glorificados. Este não deveria almejar riquezas, pois seu ofício era para a glória de Deus, dentro do modelo apostólico apresentado por Jesus no sermão da montanha:

*“Não ajunteis tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem tudo consomem, e onde os ladrões minam e roubam. Mas ajuntai tesouros no céu, onde nem a traça nem a ferrugem consomem, e onde os ladrões não minam, nem roubam. Porque onde estiver o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração.” (Mt 6.19-21)*

Assim, a ascese religiosa legaliza a apropriação burguesa da vontade de trabalhar do operário para a glória de Deus, por um tesouro no céu. É evidente a influência imposta pela igreja à classe operária, principalmente ao trabalhador mais pobre, dentro do conceito do preenchimento do dever vocacional, resultando diretamente em uma melhor produtividade do trabalho, atendendo diretamente ao interesse burguês e ao mesmo tempo gerando uma satisfação pessoal ao operário, através de uma sanção psicológica de que sua eficiência laboriosa constitui o cumprimento de seu dever para com Deus.

Este conceito é reforçado pela Epístola de Paulo aos Colossenses, onde o apóstolo instrui os servos ou trabalhadores, a obedecerem a seus senhores ou patrões e a efetuar as tarefas de coração, como que se estivessem fazendo a Deus e não aos homens:

*“Vós, servos, obedecei em tudo a vosso senhor segundo a carne, não servindo só na aparência, como para agradar aos homens, mas em simplicidade de coração, temendo a Deus. E, tudo quando fizerdes, fazei-o de todo o coração como ao Senhor e não aos homens, sabendo que recebereis do Senhor) o galardão da herança. Porque a Cristo, o Senhor, servis.” (Cl 3.22-24)*

Mas acredito que no que tange este conceito imposto ao trabalhador pela igreja, no sentido de este buscar o Reino de Deus através do preenchimento vocacional e ascetismo religioso, Weber seja ainda mais específico:

*“O poder da ascese religiosa, além disso, punha a sua disposição trabalhadores sóbrios, conscientes e incomparavelmente industriais, que se aferraram ao trabalho, como a uma finalidade de vida desejada por Deus. Dava-lhe, além disso, a tranquilizadora garantia que a desigual distribuição da riqueza deste mundo era obra especial da Divina Providência, que com essas diferenças, e com a graça particular, perseguia seus fins secretos, desconhecidos do homem”. (WEBER, 2001, p. 141).*

Na seqüência Weber ainda menciona a posição calvinista de que a classe operária ou o povo somente se conservaria obediente a Deus se mantidos pobres, e vai além:

*“Os holandeses (Pieter de la Court e outros) ‘secularizaram-na’, afirmando que as massas só trabalhavam quando alguma necessidade a isso as fôrçasse. Essa formulação de um leitmotiv da economia capitalista iria desembocar mais tarde na torrente das teorias da produtividade através de baixos salários”. (WEBER, 2001, p. 141).*

Dentro desta contextualização da visão weberiana do Espírito do Capitalismo, onde este é “vivo” e interage com o meio, mas principalmente influencia quase que soberanamente o meio social, o capitalismo vencedor, ou este Espírito do Capitalismo vencedor, não mais necessita abrigar-se no ascetismo religioso. Ele tem vida própria, é independente e já alçou seus objetivos, levando o ascetismo religioso para a sociedade em geral, saindo da esfera religiosa e atingindo a vida profissional, influenciando a moral secular, criando um novo ethos, ou uma nova ética protestante que contribuiu, ou até mesmo impulsionou, a sociedade a formar uma nova ordem econômica e técnica voltada à produção em série através da moderna indústria, que determina a forma de se viver de todo indivíduo nascido neste meio, aprisionando-o ao sistema.

Este Espírito do Capitalismo vencedor não permite mais ao indivíduo viver à margem do sistema. O sujeito pode e até dever ser alienado quanto ao meio em que vive, mas não pode fugir dele. Tendo atingido tal grau de desenvolvimento, não mais necessita do abrigo da ascese religiosa:

*“Desde que o ascetismo começou a remodelar o mundo e a nele se desenvolver, os bens materiais foram assumindo uma crescente, e finalmente, uma inexorável força sobre os homens, como nunca na História. Hoje em dia – ou definitivamente, quem sabe – seu espírito religioso safou-se da prisão. O capitalismo vencedor, apoiado numa base mecânica, não mais carece de seu abrigo. Também o róseo caráter de sua risonha sucessora: a Aufklärung parece estar desvanecendo irremediavelmente, enquanto a crença religiosa do ‘dever vocacional’, como um fantasma, ronda em torno de nossas vidas. Onde a ‘plenitude vocacional’ não pode ser relacionada, diretamente aos mais elevados valores culturais – ou onde, ao contrário, ela também deve ser sentida como uma pressão econômica – o indivíduo renuncia a toda a tentativa de justificá-la. No setor de seu mais alto desenvolvimento, nos Estados Unidos, a procura de riqueza, despida de roupagem ético-religiosa, tende cada vez mais a associar-se com paixões puramente mundanas, que freqüentemente lhe dão o caráter de esporte.” (WEBER, 2001, p. 144)*

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Acredito que para se desenvolver com seriedade um trabalho analítico das influências e raízes estruturais do cristianismo sobre a organização social de pelo menos boa parte do ocidente e ainda de alguns povos orientais, faz-se necessária uma breve análise do contexto histórico e social vivenciado nos primórdios do cristianismo.

Como muitos sabem, o cristianismo desenvolveu-se no período do declínio do Império Romano, na Roma antiga, que fora rico e poderoso, dominando o que hoje são Itália, Portugal e Espanha, parte do que hoje são França, Turquia e Palestina.

O Estado romano organizava-se socialmente em um sistema com precária distribuição de renda, havendo uma enorme discrepância social e grande concentração de recursos econômicos. Haviam alguns ricos, gozando de luxúria e prazeres que a fortuna pode trazer, e uma grande massa de desgraçados que sucumbiam à pobreza e miséria.

A escravidão constituía a base do sistema econômico do império e da organização social romana, que expandia-se com base na conquista militar, subjugando outros povos.

Na época do processo de expansão territorial empreendido durante a República, o número de escravos aumentou consideravelmente, o que obviamente nos deixa claro que a origem do escravo romano é a guerra, ou seja, os derrotados pelo Exército eram capturados e escravizados, constituindo a base da mão-de-obra agrícola e de outras atividades produtivas que sustentavam a economia romana. A redução do homem livre endividado à condição de escravo e o comércio internacional, além da guerra de conquista, foram outras importantes fontes de obtenção de escravos.

Entretanto, em 367 a.C. entrou em vigor a Lei Licínia, que pôs fim à escravidão por dívidas, proibindo assim que os plebeus endividados fossem escravizados.

Mesmo após a Lei Licínia, a prática escravista continuou existindo, pois esta lei se referia apenas aos cidadãos romanos. Inúmeros habitantes das províncias, endividados, continuaram sendo submetidos à escravidão.

A condição de vida e o tratamento dispensado ao escravo variavam de acordo com a sua origem, a atividade que desempenhava e o meio em que vivia.

Nas cidades, os cativos ocupavam-se de atividades, como a manufatura, o comércio ou os serviços domésticos. Era comum os proprietários utilizarem-nos como "escravos de luxo", os quais desempenhavam as funções de cozinheiros, escribas, administradores, secretários e vários outros ofícios a serviço de seu senhor. Não havia uma tarefa específica destinada à mão-de-obra escrava, ou seja, o escravo não se definia pelo tipo de trabalho que realizava, mas, sim, como um homem explorado e privado do exercício da cidadania e da liberdade.

Dentro de sua política expansionista, após dominar toda a península itálica, os romanos partiram para as conquistas de outros territórios. Com um exército bem preparado e muitos recursos, venceram os cartagineses nas Guerras Púnicas (século III a.C), o que garantiu a supremacia romana no Mar Mediterrâneo.

Após dominar Cartago, Roma ampliou suas conquistas, dominando a Grécia, o Egito, a Macedônia, a Gália, a Germânia, a Trácia, a Síria e a Palestina.

Com as conquistas, a vida e a estrutura de Roma passaram por significativas mudanças. O império romano passou a ser muito mais comercial do que agrário. Povos conquistados foram escravizados ou passaram a pagar impostos para o império. As províncias (regiões controladas por Roma) renderam grandes recursos para Roma. A capital do Império Romano enriqueceu e a vida dos romanos mudou.

Com o crescimento urbano vieram também os problemas sociais para Roma. A escravidão gerou muito desemprego na zona rural, pois muitos camponeses perderam seus

empregos. Esta massa de desempregados migrou para as cidades romanas em busca de empregos e melhores condições de vida. Receoso de que pudesse acontecer alguma revolta de desempregados, o imperador criou a política do Pão e Circo. Esta consistia em oferecer aos romanos alimentação e diversão. Quase todos os dias ocorriam lutas de gladiadores nos estádios, onde eram distribuídos alimentos. Desta forma, a população carente acabava esquecendo os problemas da vida, diminuindo as chances de revolta.

Dessa forma, os proletários romanos não viviam do trabalho, mas das esmolas que o governo distribuía.

Este é, basicamente, o cenário encontrado pelo cristianismo em seus primórdios. Os primeiros cristãos viviam em uma sociedade desigual, com enorme extratificação social, onde os proletários eram subjugados pelos soldados romanos. Quanto aos escravos, a situação era ainda pior, pois não havia Lei alguma que os amparassem, ficando estes à mercê da vontade de seus senhores.

Jesus deparou-se com este cenário em seu ministério e embora trouxesse uma mensagem de amor ao próximo e de perdão, muitos não compreenderam sua pregação. Muitos judeus entendiam que o “Cristo” viesse à Terra estabelecer um novo reino, que derrubaria o império romano e que os judeus seriam novamente senhores da terra, com nos tempos da glória de Salomão.

Estavam tão havidos por terem-se livres do domínio romano, que não aceitaram sua mensagem de amor e de perdão. Não conseguiam entender que Deus havia enviado seu filho não a destruir as cadeias e correntes físicas, mas as cadeias e correntes do coração.

Este é o motivo pelo qual os judeus até hoje não aceitaram a Jesus como o “Cristo”, pois não conseguem compreender que não tenha vindo estabelecer um reino físico, mas sim um reino espiritual, com uma mensagem de igualdade que, aí sim, reflete na vida terrena.

Mas Jesus preocupava-se também com a questão social, embora seu plano principal era a salvação espiritual do homem. Isto fica evidente em seus ensinamentos através de parábolas.

A passagem da mulher samaritana, relatada no Evangelho de Jesus, conforme escreveu João, no capítulo quatro, reflete bem esta condição de servos de Roma, a qual estavam submetidos tanto judeus quanto samaritanos, ou reino do sul e reino do norte, divididos após a morte de Salomão.

Neste relato de João, Jesus traça um paralelo entre a condição de vida daquela mulher, e a situação vivida por Samaria.

Isto não é novidade no texto bíblico. O profeta Oséias já havia recebido a árdua missão de casar-se com uma prostituta, que representava Israel, enquanto que ele próprio representava Deus. O profeta apaixonou-se de tal maneira pela mulher, que apesar de suas traições, sempre a perdoa e a resgata, em uma representação do amor de Deus por Israel.

Já no caso da mulher samaritana, Jesus pede-lhe que chame seu marido, ao que a mulher responde dizendo que não tem marido. Jesus então lhe diz que esta lhe respondeu corretamente, por que já tivera cinco maridos e mesmo o que tinha agora não era seu marido. Aqui Jesus referia-se a situação política de Samaria, que havia sido invadida pelos Assírios em 724 a.C. Quando desta invasão, os assírios trouxeram povos de Babel, Ava, Cuta, Hamate e Sefarvaim, conforme relatado no livro de II Reis capítulo dezessete, e o povo de Samaria passou a coabitar e casar-se com estes povos, além de adorar os seus deuses, descumprindo assim a Lei de Deus. O sexto “marido” era uma referência ao domínio romano. Jesus lhe diz por parábolas, que é chegado um novo tempo e que haveria um tempo em que o domínio romano cairia por terra.

Este relato, onde Jesus leva aquela mulher a mudar de vida, mostra claramente a preocupação de Jesus com a sociedade, não somente aquela mulher, mas também a situação de todo o povo samaritano.

Fica evidente em todo o texto bíblico o cenário político e social com que Jesus deparou-se. Jesus também deixa transparecer que deseja uma mudança na organização social, não de forma abrupta, revolucionária. Sua revolução não viria através de meios bélicos. Começaria no coração e mente dos homens. Suas palavras tinham o intuito de “arrancar a espada das mãos dos homens”, transformando a todo homem em um ser livre em uma sociedade igualitária e justa.

## **4. O SOCIALISMO DOS CRISTÃOS PRIMITIVOS**

### **4.1 – Modelo social adotado**

O relato constante no livro de Atos dos Apóstolos nos dá a dimensão de como a primeira comunidade cristã se organizava. Conforme o depoimento de Lucas, os cristãos viviam em plena comunhão de bens. O já mencionado texto escrito por Lucas (Atos 2.44-46) passa a informação de uma sociedade, ou comunidade, que vivia em comunhão exemplar, dividindo os recursos oriundos da venda de seus bens entre si e sendo considerado posse comum a propriedade ainda não vendida, considerando-se cumpridora da vontade de Deus ao proceder desta maneira.

É bem provável e quase certo que esta comunhão não tenha sido plena, havendo como exemplo a citação dos fatos envolvendo Ananias e sua esposa Safira (Atos 5.1-10). Mas a simples exposição deste fato logo na sequência dos relatos a respeito de Barnabé, são indícios



de que uma comunidade que tivesse plena comunhão entre si era considerada a ideal pelos apóstolos e a partir destes testemunhos por eles incentivada.

Sinto-me a vontade em classificar esta forma de organização social como socialismo, tendo em vista que havia comunhão de bens dentro da comunidade e portanto, uma espécie de “comunismo primitivo”, se considerarmos o significado original da expressão comunismo, que nada mais é do que o ter tudo em comum.

Os relatos também indicam que a comunhão dos santos se dava na esfera do consumo. Este socialismo dos cristãos primitivos era embasado no consumo dos recursos oriundos da venda das propriedades dos novos convertidos. Não havia socialismo de produção e provavelmente não havia preocupação com isto, pois, como é sabido, os primeiros cristãos aguardavam ardente e ansiosamente a volta de Jesus. O fim de todas as coisas estaria próximo e assim sendo, não haveria necessidade de organizarem uma produção conjunta em um mundo que em breve seria destruído. Com o tempo se esgotando, a prioridade era “ganhar almas”. Entretanto, esta certamente não era a razão principal pela qual os primeiros cristãos dividiam tudo o que tinham. Se o fosse, não haveria razão de ser deste trabalho de monografia. A investigação se encerraria por aqui, pois chegaríamos precocemente e erroneamente à conclusão de que os primeiros cristãos se precipitaram em organizar-se socialmente desta forma.

Fato é que o Evangelho (novidade) anunciado por Jesus implicava nesta comunhão. Ter tudo em comum é inerente ao que Jesus anunciou e viveu, e muito provavelmente foi o que motivou sua condenação à morte enfim, pois, creio, seria inaceitável ao império Romano a idéia de que todos os homens são iguais. Esta ideologia era uma ameaça aos pilares do império Romano, estruturado em uma sociedade escravista.

Sendo inerente ao cristianismo amar ao próximo como a si mesmo, é evidente que diferenças sociais não podem existir, pois indivíduo algum quer estar abaixo na divisão de

classes. Logo, o indivíduo cristão não pode aceitar esta divisão de classes, pois ao aceitá-la, seria o mesmo que admitir que não ama ao próximo como a si mesmo.

Por isto todos, ou boa parte dos primeiros cristãos, renunciavam à posse particular em prol de uma sociedade igualitária, tornando-se assim, uma comunidade socialista.

Os relatos e ensinamentos de Paulo, em II Tessalonissenses 2.3, onde afirma que quem não trabalhar, que não coma, além do fato de ele mesmo, o Apóstolo, trabalhar para seu sustento, tendo inclusive em seu ofício conhecido o casal Priscila e Áquila, indicam claramente que os cristãos não viviam simplesmente às custas dos recursos oriundos da venda das propriedades dos novos convertidos.

Há ainda claras evidências bíblicas, de que nem todas as propriedades eram vendidas. Suas casas eram mantidas, conforme vários relatos em Atos, como a casa de Maria, mãe de João Marcos (At. 12.12), a casa de Lídia (At. 16.40) e a casa do próprio Apóstolo Paulo (At. 28.30), onde este cumpriu prisão domiciliar por dois anos.

Isto significa que a posse de propriedades em si não era questionada. Ao contrário, era considerada legítima. As críticas não eram manifestas quanto à posse de bens e riquezas em si, mas ao amor excessivo à estes. Entretanto, sua visão quanto às posses, veremos no tópico seguinte.

Apesar de considerar suficiente o texto bíblico, acredito que o relato de alguém que não fizesse parte da comunidade cristã é de grande valia. A visão de uma pessoa que não estivesse inserida neste círculo social estaria livre de ser tendenciosa no que diz respeito ao pensamento e liturgia cristã. Poderia sim, ocorrer o inverso. Este indivíduo poderia estar propenso a julgar a sociedade cristã, de acordo com o contexto social geral, mas não tenderia em hipótese alguma, a formar juízo seguindo o entendimento cristão. Assim o sendo, me apropriado do relato transcrito por Rosa Luxemburgo:

*"Foi, na verdade, deste modo que as primeiras comunidades cristãs se organizaram. Um contemporâneo escreveu: 'Estas pessoas não acreditam em fortunas, mas pregam a propriedade coletiva e nenhuma entre elas possui mais do que as outras. Quem desejar entrar na sua ordem é obrigado a pôr sua fortuna como propriedade comum a essas mesmas pessoas. É por isso que não há entre eles nem pobreza, nem luxo – todos possuindo tudo em comum, como irmãos. Não vivem numa cidade à parte, mas em cada uma têm casas para eles próprios. Se quaisquer estrangeiros pertencentes à sua religião aparecem, repartem a propriedade com eles e podem se beneficiar dela como se fosse propriamente sua. Essas pessoas, mesmo que desconhecidas anteriormente umas das outras, dão as boas-vindas, uns aos outros e as suas relações, são muito amigáveis. Quando viajam não levam nada senão uma arma para se defenderem dos ladrões. Em cada cidade têm o seu administrador, que distribui roupa e alimento aos viajantes. Negócio não existe entre ele. Contudo, se um dos membros oferece algum objeto de que ele precisa, recebe outros em troca. Mas também cada um pode pedir o que precisa, mesmo que não possa dar nada em troca'." (LUXEMBURGO: 1980 p.29)*

Deste modo, podemos concluir que os cristãos primitivos foram adeptos do comunismo, ou de um pré-comunismo. E o levavam ao extremo, tendo o dinheiro em um caixa comum administrado pelos apóstolos, fazendo suas refeições em comum, dividindo uns com os outros sua propriedade, ou seja, viviam todos como uma grande família.

Talvez o único e grande erro dos primeiros cristãos, tenha sido o de não preocuparem-se com a produção.

É bem provável que esta não preocupação estivesse ligado à crença de que o "fim de todas as coisas" estivesse próximo. Todos aguardavam ansiosamente o retorno de Jesus e acreditavam que isto se daria em breve. Assim, não se preocupavam com o futuro, o que lhes impulsionou ao erro de produzirem um "comunismo de consumo", esquecendo-se de organizarem uma produção conjunta. Este erro provocou a médio prazo a derrocada desta forma de organização social, tão logo esta mostrou-se inviável, pois além de mostrar-se incapaz de transformar a sociedade pondo fim à desigualdade, uma vez que os meios de produção ainda eram posse de poucos, mantendo as discrepâncias sociais e a concentração de renda, vivendo a maior parte dos novos cristãos das esmolas dos mais ricos, havia um outro problema que somente seria percebido mais tarde: se todos os novos cristãos simplesmente vendessem suas propriedades e dividissem com os demais, sem que houvesse uma

preocupação em reproduzir o capital, ou de organizar-se uma produção, mesmo que de subsistência coletiva da comunidade, fatalmente os recursos esgotar-se-iam mais cedo ou mais tarde.

Os primeiros cristãos foram no mínimo inocentes, ao acreditarem que poderiam remediar a situação de pobreza apenas com esmolas oriundas dos mais ricos, sem organizarem uma produção conjunta, ou melhor, sem tornarem propriedade comum os meios de produção.

Logo as comunidades cristãs iriam crescer, inviabilizando as refeições em conjunto, diminuindo a intimidade, causando um esfriamento natural do amor fraternal, o que fatalmente culminaria com a mudança nas práticas litúrgicas cristãs. Comunidades maiores inviabilizavam o viver debaixo do mesmo teto, e logo cada um começou a cuidar de sua propriedade, deixando de viverem todos como uma grande família e a prática de repartir o total dos bens foi aos poucos substituída, repartindo-se em parte e depois dando apenas pequenas esmolas conforme o entendimento e boa vontade de cada um, prática adotada até os dias atuais.

#### **4.2 – A visão dos primeiros cristãos quanto às posses**

A igreja primitiva formou-se inicialmente por pessoas que acompanharam os três anos do chamado ministério de Jesus. Assim o sendo, há de se convir que ainda era latente em suas memórias os ensinamentos e doutrinas do Mestre, tão detalhadamente registrados por Lucas. Os demais evangelhos também os relatam, entretanto de forma mais sucinta. Lucas chega a impressionar quanto à riqueza de detalhes de sua narrativa.

Estando ainda vivo em suas memórias os sermões do Cristo, e considerando que assim o era, datavênia terem sido registrados nas Epístolas ensinamentos dos apóstolos que se seguiram, no mesmo sentido do que Jesus preconizava, não há porque de se imaginar que as

primeiras comunidades cristãs viviam de forma oposta à estes ensinamentos. Havia, muito provavelmente, um esforço em mantê-las neste rumo, considerado o fato de estes ensinamentos serem repetidos em mais narrativas. Mas isto não quer dizer que, os primeiros cristãos não absorviam estes ensinamentos até porque, assim como os quatro evangelhos foram escritos direcionados a povos diferentes, as epístolas ou cartas também eram escritas para comunidades em diferentes cidades.

Resolvido este problema, vamos à visão dos primeiros cristãos quanto à posse.

Na ética e moral destes cristãos a questão em si não era o de se possuir ou não propriedade privada, bens e riqueza. Conforme ensinou Jesus, a questão era o amor excessivo ao dinheiro e às posses: *“porque onde estiver o vosso tesouro, ali estará também o vosso coração”* (Lc 12:34). Paulo ainda reforça, em sua carta ao jovem Timóteo:

*“Mas os que querem ser ricos caem em tentação, e em laço, e em muitas concupiscências loucas e nocivas, que submergem os homens na perdição e ruína. Porque o amor do dinheiro é a raiz de toda espécie de males; e nessa cobiça alguns se desviaram da fé e se transpassaram a si mesmos com muitas dores. Mas tu, ó homem de Deus, fuge destas coisas e segue a justiça, a piedade, a fé, a caridade, a paciência, a mansidão.”* (I Tm 6.9-11)

Quando as posses se tornam o centro da vida de alguém, quando sua confiança estiver nestas posses, estas se tornam um ídolo, conforme ensinou Jesus: *“Então, lhes recomendou: Tende cuidado e guardai-vos de toda e qualquer avareza; porque a vida de um homem não consiste na abundância dos bens que ele possui”* (Lc 12.15). Sendo um ídolo que produz o acúmulo de riqueza de um em função do empobrecimento de outrem, a recomendação de Jesus é: *“Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corroem e onde ladrões escavam e roubam”* (Mt 6.19), cabendo, ainda, outra recomendação do Mestre: *“E Jesus, fitando-o, o amou e disse: Só uma coisa te falta: Vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; então, vem e segue-me”* (Mc. 10.21).

Jesus diz não às posses quando estas cativam o coração tornando-se o ídolo pessoal, gerando acúmulo de riquezas às custas do empobrecimento alheio, quando há concentração de renda.

Dentro desta visão, Deus criou todas as coisas em prol do homem. O relato no livro do Gênesis, ainda no primeiro capítulo, deixa claro que Deus além de ter criado os bens naturais da Terra para servirem de mantimentos ao homem, concedeu ainda ao homem domínio sobre todas as coisas, para dominar e governar.

A Bíblia ainda relata que é Deus quem dá sabedoria aos sábios, e que nos últimos dias a ciência se multiplicaria sobre a face da Terra. Assim o sendo, é vontade de Deus que haja abundância de bens, que haja facilidades para o homem. Em outras palavras, os bens estão aí para servirem ao homem, ou melhor dizendo, para satisfazerem as necessidades do homem.

Em todo o texto bíblico, Deus não se opõe à riqueza, tendo Ele concedido sabedoria e riqueza à Salomão. Abraão era rico e Jó também o era, sendo que o texto bíblico atribui à Deus a origem de sua riqueza.

Assim, o que merece a crítica de Jesus, e por conseguinte dos cristãos, não é a propriedade como tal, tampouco a posse de bens em geral, mas sim o apego indevido a eles, o culto à riqueza e sua conseqüente concentração nas mãos de poucos. Os bens existem para satisfazerem as necessidades humanas, não para escravizarem o homem, tornando-se ídolo, objeto de adoração. Sub entende-se que isto ocorre sempre que há pobreza em meio a uma sociedade que produz também ricos. Ou seja, neste caso o cristão falta com o principal ensino, ou o único mandamento deixado por Jesus, registrado nos quatro evangelhos: o de amar ao próximo como a si mesmo. Segundo o Mestre, deste mandamento dependem toda a Lei de Deus e ainda os profetas.

O apóstolo Paulo ainda advertiu: *"E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus."* (Rm. 12.2)

Subtrai-se destes relatos e ensinamentos que a sociedade cristã não deve conformar-se com as desigualdades sociais, com a existência de pessoas que estão privadas da satisfação de suas necessidades simultaneamente à existência de pessoas com fartura de bens. O conformar-se neste caso, equivaleria a não enquadrar-se no único mandamento deixado por Cristo, registrado em Marcos 12.30-33 e João 13.34,35, havendo ainda, um reforço:

*"O meu mandamento é este, que vos améis uns aos outros, assim como eu vos amei. Ninguém tem amor maior do que este: de dar a sua vida pelos seus amigos. Vós sereis meus amigos, se fizerdes o que eu vos mando."* (Jo. 15.12-14, grifo meu).

E era assim que os primeiros cristãos compreendiam e vivenciavam estes ensinamentos. Fica evidente que esta era a forma com que entendiam estes mandamentos e os cumpriam, se considerarmos os relatos bíblicos a respeito da organização social e religiosa destes. Os reflexos desta visão crítica de Jesus estão presentes em quase todo o Novo Testamento.

O apóstolo Paulo era um exemplo vivo da forma cristã de se viver. Embora fosse doutor da Lei, podendo ocupar um posto elevado por sua posição social, sendo ainda cidadão romano, abdicou de tudo isto para cumprir os ensinamentos de Cristo. Não sendo o bastante, mesmo tendo direito a ser sustentado pelas comunidades cristão por ser pregador da palavra, não aceitava remuneração. Antes trabalhava como armador de tendas para seu próprio sustento (At. 18.3; I Co. 9.15; II Ts. 3.8).

Dentro deste entendimento de que as riquezas eram dispensáveis, cabe a carta de Tiago, irmão de Jesus, exortando contra a exploração dos mais pobres, o excessivo acúmulo de riquezas e o fato de muitos fazerem acepção de pessoas, dando preferência e honrando aos mais ricos. Mesmo assim, considera os bens como dádiva de Deus. O que Tiago critica é o



excessivo acúmulo de riqueza, que produz avareza e falta de misericórdia. A misericórdia, o acudir o órfão, a viúva e o necessitado são fatores indispensáveis à fé cristã. Complementa o raciocínio afirmando que a caridade (obras de) é prova da fé, que esta sem obras é morta e conclui: “...*mostra-me a tua fé sem as tuas obras, e eu te mostrarei a minha fé pelas minhas obras*”. (Tg. 2.18b). Em outras palavras, Tiago afirma que o problema não está no possuir bens e sim em não compartilhar os bens, em não dividir.

O texto bíblico é fantástico, pois mesmo havendo diversos autores diferentes, não há contradição entre si. O que exige-se do cristão, não é uma vida ascética, abrindo-se mão dos bens e riquezas. Exige-se o repartir: “*Manda aos ricos deste mundo que não sejam altivos (...) que façam o bem, enriqueçam em boas obras, repartam de boa mente...*” (I Tm 6.17,18)

“*Quem, pois, tiver bens do mundo e, vendo o seu irmão necessitado, lhe cerrar o seu coração, como estará nele o amor de Deus?*” (I Jo 3.17).

O repartir está inserido na ortodoxia da fé cristã, que obrigatoriamente está comprometida com o esforço na busca por equilíbrio social, como praticado pelos primeiros cristãos, sob o risco de esta tornar-se vazia em si mesma, carente de amor, sendo este último, o amor, o cerne do evangelho e da fé cristã, conforme mencionado por Cristo.

#### **4.3 – O Caráter inclusivista do cristianismo**

Sendo o amor o principal cerne do cristianismo, e sendo que este, como principal característica “*não busca seus próprios interesses*” (I Co. 13.5), não pode necessariamente ficar alheio às necessidades do próximo. De fato o verdadeiro cristão, o que foi tocado pelo amor de Deus, não pode ficar indiferente ao sofrimento humano. Buscar-se-á auxílio,



mobilizar-se-á recursos, repartir-se-á em uma busca constante pelo fim das desigualdades, ou pelo menos, dos males causados pela falta de recursos.

Foi assim que os primeiros cristãos entenderam e se mobilizaram em torno disto, repartindo seus bens procurando atender o mandamento de Jesus.

Isto é inclusão social. Aliás, Jesus nunca fez acepção de pessoas, tendo levado sua mensagem de salvação tanto a ricos quanto a pobres. Sua pregação atinge todas as classes sociais de forma indistintiva, pois *“é vontade do Pai, que nenhuma alma se perca”* (Mt. 18.14).

Em cumprimento desta palavra, recebeu o fariseu Nicodemos, pousou na casa de Zaqueu e jantou com Mateus, estes últimos publicanos. Mateus, também conhecido como Levi, tornou-se ainda discípulo, tendo escrito o Evangelho que leva seu nome. Pedro neste mesmo espírito, visitou o Centurião Cornélio.

Neste sentido, as últimas orientações de Jesus aos discípulos foi: *“Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura.”* (Mc. 16.15). O apóstolo Paulo complementa: *“porque para com Deus, não há acepção de pessoas.”* (Rm. 2.11).

A comunhão criada por Jesus tem caráter inclusivista, não exclusivista, pretendendo abranger a todos: *“Mas, a todos quantos o receberam (Jesus), deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, aos que crêem no seu nome”* (Jo 1:12). Ele não veio fundar mais uma religião ou apontar mais um caminho. Ele se coloca como sendo o caminho.

A pregação de Jesus coloca todos os homens como sendo iguais, na condição de pecadores, destituídos da glória do Pai, sendo Jesus o elo de ligação entre criatura e criador.

Se há alguém maior, este alguém é o Cristo:

*"Vós, porém, não queirais ser chamados Rabi, porque um só é o vosso Mestre, a saber, o Cristo, e todos vós sois irmão. E a ninguém na terra chameis vosso pai, porque um só é vosso Pai, o qual está nos céus. Nem vos chameis mestres, porque um só é o vosso Mestre, que é o Cristo." (Mt. 23.8-11)*

A partir deste princípio de igualdade, Jesus cria uma nova comunidade. Não há diferença de condição social, cultura, raça ou sexo. *"Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus."* (Gl. 3.28). Cristianismo é inclusão social, onde todos são iguais, no mesmo amor, na mesma fé e no mesmo espírito. As necessidades individuais são, na verdade, necessidades coletivas: *"se um membro está doente, todo o corpo padece"* (I Co. 12.26)

Assim, ao repartirem seus bens, os cristãos primitivos estavam atendendo ao ensinamento de Jesus de serem todos iguais, membros de um mesmo corpo, portanto com funções diferentes, mas sendo um igualmente importante ao outro e onde Jesus é a cabeça.

A igreja cristã, ou os cristãos, devem estar comprometidos com estes princípios de igualdade e fraternidade, pois Jesus não concorda com a existência de necessitados.

As diferenças sociais no seio do cristianismo, refletem uma falta de amor para com o próximo que compromete a fé cristã e seu caráter inclusivista e igualitário.

A extinção das desigualdades sociais deve ser a busca constante do cristão, caso contrário este certamente perderá sua identificação com Jesus.

## **5. O CAPITALISMO DOS CRISTÃOS CONTEMPORÂNEOS**

É lamentável que a sociedade cristã moderna, não mais absorva os ensinamentos de Cristo no que diz respeito ao amar o próximo e quanto à liturgia cristã diária. Entretanto, seria

injusto cobrar esta postura dos fiéis, haja visto, os pregadores atuais, em sua grande maioria, preconizarem um Evangelho diferente do encontrado na Bíblia.

A religião enquanto um fenômeno social, muda a medida em que a sociedade passa por transformações econômicas e políticas. Mas uma análise das transformações sofridas pelo cristianismo como religião, bem como a quebra do monopólio católico apostólico romano e a conseqüente crescente divisão e até mesmo banalização será feita no próximo capítulo. Neste, o enfoque se dará na forma capitalista como o vivem os cristãos contemporâneos e principalmente, na organização capitalista das igrejas cristãs. *"Quem quer que não se adapte seu modo de vida às condições do sucesso capitalista é sobrepujado, ou pelo menos é impedido de subir"*. (WEBER, MAX; 1905 p. 60).

Esta afirmação de Weber é cabida e poderia explicar porque os cristãos contemporâneos vivem de forma diversa dos cristãos primitivos. Entretanto, a questão não é tão simples.

Há uma afirmação teológica de que a Bíblia se explica por si só, não necessitando de complementação. E de fato, quem se dispõe a estudá-la, mesmo que apenas poucos minutos diariamente, consegue extrair da Bíblia, explicações mais que satisfatórias a respeito de quaisquer assunto, sem contradições.

Ante a afirmação weberiana acima transcrita, gostaria de complementá-la com uma das últimas frases de Jesus, em oração ao "Pai celeste": *"Não peço que os tires do mundo, mas que os livres do mal. Não são do mundo, como eu do mundo não sou"*. (Jo 17.15,16)

De fato, como afirmou Weber, não há como estarmos inseridos em uma sociedade de produção e consumo capitalista e estarmos alheios à isto. Ou atentamos para o que nos rodeia e envolve, no caso esta forma de organização social, ou seremos fatalmente "atropelados" pelo sistema. Estarmos conscientes do meio em que vivemos, nos prepararmos e nos adaptarmos a este, é o mínimo que se pode esperar de qualquer indivíduo que se considere inteligente.

Entretanto, isto não significa necessariamente, concordar com estas “regras”, ou entregar-se ao sistema de forma tal, que isto venha a modificar nossas mentes e corações, fazendo-nos negar o que cremos e pensamos.

Quando questionado a respeito do tributo imposto pelos romanos aos judeus, Jesus responde “...*Daí, pois, a Cezar o que é de Cezar e a Deus, o que é de Deus...*” (Mt. 22.21). Jesus consegue evadir-se da armadilha tramada pelos fariseus deixando implícito seu pensamento. Se todas as coisas pertencem à Deus, o que sobra para Cezar? Absolutamente nada. Isto nos indica claramente, conforme já mencionado no Capítulo III deste trabalho, que embora Jesus deseje uma mudança na organização social, esta não seria de forma abrupta, revolucionária. A revolução pretendida não é do tipo “vamos às armas”. Jesus não questiona a autoridade constituída e complementa por meio do Apóstolo Paulo dizendo que “*Toda a autoridade é constituída por Deus*”(Rm. 13.1). O que Jesus deseja, é uma mudança que começa no interior dos homens, não uma mudança externa. Esta começaria no coração e mente dos homens, pois “*do coração saem todos os preceitos da vida*”(Pv. 4.23). Uma mudança coletiva de pensamento e sentimento, transformaria a todo homem em um ser livre em uma sociedade igualitária e justa, sem a necessidade de se recorrer à meios bélicos.

Assim, Jesus não deseja que revolucionemos o mundo. Mas deseja que não sejamos como o mundo, pois não somos do mundo. Deseja que estejamos livres do “mal”, neste caso, livres do “Espírito do Capitalismo”.

Infelizmente, os cristãos como um todo, independentemente da fé que professam, estão muito aquém do desejado por Jesus. Nossos corações estão apegados aos bens materiais, estamos “possessos” por este “Espírito do Capitalismo”. Neste sentido, Keynes afirmava em sua célebre obra que o consagrou, **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda** “que o que provoca desequilíbrios na economia, é um “*animal spirit*” ou espírito animal, que se

apossa do homem, neste caso específico, apossa-se do empresário, levando-o a ações egoístas na busca por lucro e riqueza pessoal, provocando instabilidade no capitalismo.

Embora tratassem de assuntos diversos, é interessante notar que tanto Keynes, quanto Weber, identificassem um “fator externo”, que possui vida própria e interage com o homem, produzindo ganância, avareza, falta de amor, enfim, produz uma sociedade desigual, desumana, amoral, resultando em um capitalismo selvagem, sem escrúpulos. Creio que ambos os autores, identificaram com propriedade o mesmo “fator externo”, causador do “mal”, embora o tenham nomeado de forma distinta.

E o cristão como um todo, está não somente inserido em uma sociedade escravizada por este mal, como ele próprio está dominado.

Mas há alguns pontos que necessitamos tratar, para compreender como funciona o capitalismo no meio cristão. Para tanto, há neste capítulo, três subtítulos. O primeiro, “O Mercado Religioso”, tratará de mostrar as cifras, o quanto se movimenta no mercado que mais cresce na economia. O segundo, “Teologia da Prosperidade” trata da principal corrente do pensamento neopentecostal, que vem modificando seriamente as bases doutrinárias da maioria das igrejas cristãs. O terceiro e derradeiro, “O Cristianismo Como Busca por Recompensas”, mostra a mudança de uma relação sacerdote - fiéis para uma relação banqueiros de Deus – consumidores, sendo isto, fruto da massificação da Teologia da Prosperidade.

Entretanto, antes de adentrar nestes três pontos, entendo fazer-se necessário abrir-se um parênteses, para expor que, quando se utiliza o termo “igreja”, há dois sentidos possíveis, e deve-se atentar para qual o sentido empregado pela expressão, de acordo com o contexto desejado.

Há a igreja como instituição, tendo personalidade jurídica, regida pela Lei deste país, com sua constituição, membros e departamentos. Existem aliás, diversas igrejas, cada uma de acordo com a sua fé e entendimento bíblico, ou conforme uma suposta “visão” dada por Deus.

Há ainda, a igreja do Senhor Jesus, a “noiva”, a “igreja do arrebatamento”, que não compreende todos os membros da igreja instituição, mas que, segundo o texto bíblico, apenas uma parte destes. Esta igreja transcende a instituição, indo além de seus domínios, abrangendo pessoas de diversas denominações ou instituições religiosas que, segundo a Bíblia, conservaram-se puros, não mancharam suas vestes. O livro do Apocalipse contém a carta de João às sete igrejas da Ásia, que são uma representação espiritual das igrejas como instituição dos dias atuais, ou do final dos tempos. Estas em geral estão reprovadas, à exceção de duas, a igreja de Esmirna, e Filadélfia. Mesmo estando as outras cinco reprovadas, a carta menciona que, sempre há nos meio destas, o remanescente fiel, os que não se desviaram, os que guardaram a fé, mantendo-se puros e limpos.

É importante que, estes conceitos distintos de igreja, sejam latentes no leitor deste trabalho, para a correta compreensão do que se deseja expressar.

## **5.1 – O Mercado Religioso**

A fé que "move montanhas" também movimenta uma cifra milionária. Dados da agência Data Popular, especializada em pesquisa e consultoria de marketing voltada às classes C, D e E, indicam que o mercado religioso cristão - formado por católicos e evangélicos - movimenta anualmente em todo país cerca de onze bilhões de Reais. Os números foram obtidos após estudos com base em pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

São livros - o principal deles a Bíblia -, CDs e DVDs de músicas ou filmes gospel, jóias temáticas, acessórios e roupas. Tudo visando atingir um público que representa a grande maioria da população, os católicos e evangélicos. Segundo o último censo do IBGE, realizado em 2000, as duas religiões dividiam 89% dos brasileiros.

Mesmo com menos dinheiro per capita, as classes C, D e E são o público que mais consome artigos religiosos e portanto, alvo da atenção das empresas.

Para quem ainda tem dúvidas do poder do consumidor religioso cristão, basta lembrar do "fenômeno" padre Marcelo Rossi, cujo primeiro disco lançado, em 1998, vendeu mais de 4 milhões de cópias. O discurso dos empresários do ramo é igual: a intenção de vender artigos religiosos é evangelizar a população. O lucro, segundo eles, vem em segundo plano. Ter um "cantinho" no céu pode ser dúvida para muitos, mas que este ideal gera renda e emprego para muita gente, isso é indiscutível.

Ocorre que as religiões não atraem somente fiéis, mas também negócios, ocorrendo a criação de feiras evangélicas e católicas, que reúnem diversos fabricantes do setor, em um mercado que cresce 30% ao ano e desafia as crises.

A fé católica move uma montanha de negócios: cem milhões de santinhos e oito milhões de bíblias vendidas por ano no país. As publicações religiosas são 10% do mercado editorial brasileiro. (*Fonte: Expocatólica*)

Na Basílica de Aparecida oito toneladas de velas são acesas por semana. Um mercado tão importante que ganhou feira internacional. Até a China - país que tem menos de 1% de católicos - vende no evento.

Sendo um pouco sarcástico, canções que alimentam a alma e os negócios, os CDs de músicas religiosas já são mais procurados que os CDs sertanejos e de pagode. É o que mostra

um levantamento encomendado pela Associação Brasileira dos Produtores de Discos. E o gênero religioso, segundo a pesquisa, também é o menos pirateado.

*“A música religiosa rende R\$ 100 milhões por ano às gravadoras. A tendência não é diminuir é aumentar. Na época da crise crescemos e quando não tem crise continuamos a crescer”, afirma Eduardo Calissi, organizador de uma feira Evangélica noticiada no Jornal Nacional em meados de Julho deste ano. (Fonte: Jornal Nacional)*

De matéria publicada no JB de 02 de março deste ano, extrai-se:

*“São cerca de 20 shows por mês, alguns deles em turnês no exterior em países como Espanha, de onde a carioca Aline Barros acaba de retornar, há duas semanas. Nos aeroportos, a cantora evangélica mais bem-sucedida do mercado brasileiro atende aos fãs e dá autógrafos com paciência. Os CDs e DVDs vendem como água, em plena crise da indústria do disco: Som de adoradores, lançado em 2004, já vendeu mais de 250 mil cópias, e o respectivo DVD, cerca de 30 mil unidades. O trabalho anterior, Fruto de amor, levou o Grammy Latino 2004 na categoria música cristã em língua portuguesa. Os dados da carreira de mais de 10 anos da cantora não mentem: Aline Barros é a popstar da música gospel”. (Fonte: JB 02.mar.06)*

Os números acima divulgados não são difíceis de se explicar. Os fiéis evangélicos já representam 20% da população brasileira, segundo um levantamento do IBGE em 2004. Só no Distrito Federal, são dois mil templos. Estes dados apontam para a expansão de novos grupos religiosos, a maioria firmados em organizações econômicas e administrativas. A formação do mercado religioso contemporâneo surge a partir da secularização, ou seja, quando o homem torna-se o centro da sociedade, da liberdade e do pluralismo religioso. Ocorreu a quebra do monopólio católico no país.

A ampliação dessa forma de mercado se mostra de forma intensa a partir de quando uma concorrência real entre as diversas religiões passa a existir de maneira mais intensa. O contexto contemporâneo do mercado religioso baseia-se na disputa por fiéis, que, por isso, devem ser satisfeitos. Hoje, as igrejas se organizam de forma a se adequarem àquilo que é demandado pelo indivíduo. Pode-se dizer que há uma racionalização das idéias.



As igrejas trabalham com processo de profissionalização como ferramenta para atrair pessoas. Hoje, uma igreja é uma firma religiosa. Uma empresa social que cria e trabalha para manter uma crença dentro da sociedade. A especialização surge quando essa firma constrói a crença de modo a satisfazer a necessidade do indivíduo. Neste contexto, surge com força o movimento neopentecostal, que será tema dos próximos itens.

Embora chame a atenção por ser o grupo religioso cristão que mais cresce no Brasil, quando se fala em cifras, os evangélicos ainda estão muito abaixo dos católicos. Isto se deve pelo fato de estes últimos ainda serem maioria e também por dois outros motivos: um é a reação da igreja romana ante o avanço dos evangélicos, produzindo seus padres pop stars, inclusive gravando músicas do meio evangélico, o que já rendeu inclusive ações na justiça, além de utilizarem de velha fórmula utilizada pelos evangélicos, a divulgação pelos meios de comunicação de massa, como rádio e televisão. O segundo motivo, é que a fé católica baseia-se muito na crença em amuletos, o que facilita e muito a angariação de fundos, pois o panteão de santos católicos é quase que infinito. Independentemente de a santificação oficial depender tanto de circunstâncias políticas como de posturas concretas e ideológicas, fato é que agendas, calendários, almanaques e imagens aos milhares tem sido produzidos (e vendidos) com os nomes daqueles que, por decreto romano e supostamente por inspiração divina passam a fazer parte da corte celestial. A igreja romana consegue produzir santos para quaisquer finalidades e ocasiões, enchendo seus cofres com dinheiro oriundo da necessidade de seus fiéis de alçarem o intangível.

Os absurdos neste sentido vão mais além. Os pop stars evangélicos e católicos, cobram cachê. Um pregador evangélico que já seja considerado uma estrela, pode pedir entre R\$3.000,00 e R\$ 6.000,00, fora as despesas com estadia e traslado. Um cantor ou cantora que seja uma estrela, pede cerca de R\$ 30.000,00, por um “show”. Isto não ocorre somente

com as estrelas em evidência. Há também cantores e pregadores de pouca expressão nacional, que se contentam em receber cerca de R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00 por “serviço”.

Sou membro de uma denominação evangélica e, em certa ocasião fui convidado a levar o sermão a uma congregação em um bairro na Palhoça. Ao término da reunião, o dirigente daquela congregação perguntou-me quanto havia sido o “serviço”. Pasmado, fiz minhas as palavras de Jesus, respondendo-lhe com, o que acredito, seja a única resposta a todos os que estão incluídos em tudo o que foi apresentado neste sub-capítulo: *“e indo, pregai dizendo: É chegado o Reino dos céus. Curai os enfermos, limpai os leprosos, ressuscitai os mortos, expulsai os demônios; de graça recebestes, de graça dai. Não possuís ouro, nem prata, nem cobre em vossos cintos;”* (Mt.10.7-9)

## 5.2 – A Teologia da Prosperidade

Em uma sociedade capitalista globalizada em que a população na sua maioria detém somente a força de trabalho e grande parte dela vive abaixo da linha de pobreza com inúmeros problemas sociais, econômicos, e de ordem psicológica emocional os movimentos neopentecostais inseridos no contexto neoliberal de economia, transformaram o discurso pentecostal clássico procurando adequar-se às necessidades e desejos de um público alvo aplicando técnicas de gestão empresarial e marketing, transformando o campo religioso em mercado religioso. Nessa perspectiva, o homem neopentecostalizado está sempre a procura de sua felicidade, buscando superar seus próprios limites através de conquistas materiais.

A igreja neste pensamento não é mais vista somente como um lugar de “redenção” da alma e nem como prontos-socorros “espirituais” onde não há somente “curas” e “libertações”, mas também um lugar onde ocorrem consultorias empresariais e relacionais. Dentro deste

contexto, o que reflete a "benção de Deus" na vida cotidiana de uma pessoa é a quantidade de bens conquistados que ela possui.

Com o enfoque teórico e prático voltado para os nossos dias o movimento neopentecostal é responsável pelas transformações teológicas e estruturais, que tem provocado o crescimento de tais igrejas que se apropriam e propagam um discurso da teologia da prosperidade. Esta por sua vez pode ser entendida como um conjunto de princípios que afirmam que o cristão verdadeiro tem o direito de obter a felicidade integral, e de exigí-la, ainda que durante a vida presente sobre a terra, baseados em alguns textos isolados da Bíblia, sem preocuparem-se com o contexto. Assim, defendem que a "salvação" empreendida por Jesus deve-ser começada a partir do momento em que este o aceita como messias (salvador) pois: *"O ladrão vem senão a roubar matar e destruir mas, eu vim para que vós tenham vida em abundância"* (Jo. 10.10). Essa vida em abundancia para os neopentecostais inicia aqui na terra, acompanhada do cumprimento dos desejos individuais se baseiam no texto que diz: *"Deleita-te no senhor e ele te concederá os desejos do teu coração entrega os teus caminhos ao senhor confira nele e ele tudo fará."* (Sl. 37.4,5). Nessa perspectiva se a pessoa agradar à Deus e o servir em "espírito" e "materialmente" o próprio Deus se encarregaria de ajudá-la atendendo os seus desejos individuais. Relacionado a isso Jesus disse:

*"porque em verdade vos afirmo que se alguém disser a este monte: ergue-te e lança-te no mar, e não duvidar no seu coração, mas crer que se fará o que diz, assim será com ele. Por isso vos digo que tudo quanto em oração pedirdes, crede que recebestes, e será assim convosco."* (Mc.11.23,24)

Em relação à esta parte da literatura bíblica os pregadores da prosperidade fomentam que pelo uso da fé o ser humano pode realizar grandes conquistas no campo "espiritual" e principalmente no material.

A salvação para os neopentecostais não representa sofrimento e simples ato de redenção mas, também a propriedade material a partir do livramento da pobreza. Desde que esta fé seja

acompanhada pelo sacrifício. Não é raro, ouvirmos um dos maiores pregadores da teologia da prosperidade Edir Macedo dizer algo como "todas as coisas da vida têm o preço do sacrifício. Tudo tem o seu preço. Se o objetivo que eu quero alcançar é muito alto, e tão alto será o preço do sacrifício que terei de pagar. Quanto maior é a conquista, maior também será o sacrifício para consegui-la."

O que movimenta as igrejas neopentecostais a partir da teologia da prosperidade são os "desafios de fé" que consiste no ato de se sacrificar financeiramente através das campanhas e votos.

A teologia da prosperidade veio coroar e impulsionar a incipiente tendência de acomodação ao mundo de várias igrejas pentecostais aos valores e interesses do "mundo", isto é, à "sociedade de consumo". Nessa perspectiva as transformações ocorridas nas bases do sistema capitalista com a consolidação do neoliberalismo, o movimento pentecostal clássico com o seu sectarismo e ascetismo entrou em declínio uma vez que o rápido processo de modernização do país a partir da década de 70 e a implantação do neoliberalismo na década de 90 diversas lideranças pentecostais optaram por adequar-se os seus discursos de renúncia ao materialismo "mundano" pelo discurso de prosperidade .

A cada dia, surgem novas igrejas no contexto do neoliberalismo, e no discurso de prosperidade que é pregado há o incentivo para o consumo uma vez que segundo este pensamento, o que mede o grau de benção de Deus na vida de uma pessoa é a quantidade de bens materiais que ela conquistou. Nos testemunhos facilmente percebemos esse elemento consumista. O que se busca no cotidiano é a felicidade integral, dinheiro, saúde, bens móveis, imóveis, estrutura familiar, e para isso é necessário pagar o preço. Participar das campanhas de prosperidade e de sacrificar-se financeiramente nos desafios de fé para ficar livre de todas as "maldições do diabo".

Portanto, diante deste espectro, vemos a mensagem cristã sendo deturpada e perdendo a sua essência por razões mercadológicas e pelo pensamento egoísta e individualista do sistema capitalista neoliberal.

Constrói-se um pensamento teológico condicionado a conceitos pré-definidos, tendo como paradigma impulsor a satisfação de interesses econômicos e financeiros dos que fomentam esta deturpação teológica.

Neste contexto, a leitura do texto bíblico já começa por uma óptica equivocada. Não se busca mais a óptica divina, mas lê-se a partir de uma cosmovisão humana, onde a realidade da soberania divina é subjugada por uma pseudo-realidade humana.

A leitura do texto bíblico e sua interpretação é condicionada à satisfação do “eu”. Enquanto o entendimento teológico corrente é de que o sofrimento humano pode ter um significado divino e pode ser necessário, na teologia da prosperidade, o sofrimento humano deve ser evitado a todo custo. Enquanto o texto bíblico afirma que o caráter ou a natureza humana é corrompida, oriunda de uma natureza adâmica pecaminosa e que somente o segundo Adão (Cristo) é de uma natureza incorruptível, sendo necessário nascer de Cristo para obter a vida eterna, os chamados “banqueiros de Deus” preconizam que o caráter humano é essencialmente bom e confiável e que os instintos e sensações humanos devem ser liberados e não gerenciados.

Estes ensinamentos deturpados da Bíblia colocam o homem como o “centro do universo”, deixando Jesus e conseqüentemente uma vida dedicada à ele e seus ensinamentos, à segundo plano. A salvação de nossas almas não é mais tão importante. Desfrutar dos bens da terra o é. A volta de Jesus, outrora ansiosamente aguardado por uma igreja que chorava diante de mensagens fervorosas a respeito do que Deus reservou para os fiéis, deixa de ser tema central da mensagem pastoral, substituída por discursos de prosperidade.

A noiva não mais anseia e aguarda o noivo como outrora. Agora ela preocupa-se apenas em desfrutar dos presentes dados pelo noivo.

O que impulsiona o cristianismo atual, não é mais o amor pelo que Jesus conquistou por nós na Cruz, e sim uma busca desenfreada por recompensas terrenas, tema do próximo item deste trabalho.

### **5.3 – O Cristianismo Como Busca por Recompensas**

A ação humana basicamente parte da identificação de problemas e busca por soluções para eles. Como ser pensante, o ser humano é muito inteligente, sendo dotado de um complexo sistema de processamento de informações. Na busca por soluções para seus problemas, o homem como ser dotado de inteligência, parte sempre para uma busca racional. Mesmo quando esta busca é regida por suas emoções, há sempre uma tendência de racionalização. Dentro de uma escolha racional para a solução de problemas, o lógico é a busca pela melhor relação custo-benefício, ou seja, busca-se a melhor recompensa possível pelo menor custo. Entende-se por custos, não somente o custo monetário, mas o custo social e de tempo.

Ocorre que, algumas recompensas desejadas pelo homem, são limitadas e há outras que são impossíveis de serem supridas de forma física. A religião moderna não apenas identifica muito bem essas necessidades, como também as produz, gerando uma demanda que não pode ser suprida. Quando o ser humano não alcança uma recompensa desejada, cria meios compensadores, uma espécie de substitutos para recompensas desejadas mas não obtidas. A religião acaba por produzir produtos simbólicos que se destinam para serem consumidos pelos fiéis, como compensadores ou alternativa equivalente à recompensa desejada. Estes são bens tangíveis e que podem ser obtidos, gerando uma satisfação pessoal momentânea. Ao sentirem

novamente o “vazio” a religião rapidamente aponta “o que está faltando”, bem como o caminho pelo qual a recompensa desejada pode ser obtida, propondo um método para se alcançar, até certo, ponto a recompensa.

A religião moderna consegue gerenciar de maneira impressionante a busca racional do ser humano manipulando suas emoções.

Isto produz pessoas pobres de espírito, manipuláveis, levadas por qualquer vento de doutrina como se fossem folhas secas. O Apóstolo Paulo já advertia a igreja de Éfeso para: *“buscarem o aperfeiçoamento dos santos...”* (Ef. 4.12), *“Para que não sejamos mais meninos inconstantes, levados em roda por todo o vento de doutrina, pelo engano dos homens que com astúcia enganam fraudulentamente.”* (Ef. 4.14)

Não raramente, ou melhor, a maior parte dos testemunhos de vida dos que se “convertem” ou ainda dos devotos de algum “santo”, é de que eram portadores de alguma enfermidade e que tiveram suas preces atendidas. Dentro do neopentecostalismo, é crescente o número de adeptos que ingressaram neste movimento em busca de prosperidade. Basta ligarmos o rádio ou a televisão em qualquer um dos cada vez mais numerosos programas “religiosos” para constatararmos isto. Não seria difícil notar que o discurso religioso fomenta este tipo de pensamento e ação, pois faz uso da recompensa, quer seja saúde e principalmente prosperidade financeira como paradigma impulsor da fé.

Esta maneira capitalista de gerir a religião, criando compensadores para satisfazer as necessidades humanas gera um aumento da oferta de bens simbólicos, como imagens de santos, óleos milagrosos, água do rio Jordão, sal da mulher de Ló, areia da “Terra Santa”, diversos tipos de crucifixos, como um recente que contém água do rio Jordão e areia de Israel, unguento “santo”, nardo entre outras coisas. Há ainda, “sessões espirituais” especiais de exorcismo que prometem livrar a pessoa de quaisquer males, sempre em troca de uma “simbólica” oferta monetária, que represente um “sacrifício pessoal” que supostamente irá



mover a mão de Deus em prol daquele que deu um “passo de fé”. Este aumento na oferta de bens simbólicos provoca uma concorrência no mercado religioso, que fomenta ainda mais a imaginação dos líderes eclesiásticos na busca de estratégias mercadológicas na gestão religiosa. Não se busca mais a conversão do indivíduo, mas sim sua fidelização à determinado segmento religioso, e a oferta dos “produtos e serviços” da igreja passa a ser resultado das variações das necessidades e desejos dos consumidores. Sim consumidores, pois não são fiéis. São clientes, consumidores, geradores de demanda.

Ocorre aqui, um processo de submissão do campo religioso à dinâmica da dominação de classe dominantes, onde os líderes eclesiásticos (banqueiros de Deus) buscam conseguir consolidar sua dominação e instaurar sua hegemonia sobre os fiéis (consumidores). Tanto mais eficaz há de ser esse esforço de submeter o campo religioso à dinâmica da dominação de classe, quanto menos consciência explícita houver do processo que esta realizar.

Nota-se que formou-se um círculo vicioso, onde os “banqueiros de Deus” em sua insaciável busca por lucro, alimentam nos consumidores o conceito de se satisfazer mesmo que em parte, por meio dos “compensadores”, as necessidades e desejos muitas vezes criados pela própria religião, gerando assim uma oferta de bens e serviços sem precedentes. Em contrapartida, esta oferta de bens e serviços passa a ser resultado das variações das necessidades e desejos destes consumidores, obrigando os líderes eclesiásticos a utilizarem-se de estratégias mercadológicas e de marketing para a manutenção e atração de consumidores, muitas vezes tendo de abrir mão de seus princípios e conceitos religiosos. Formou-se um círculo vicioso com causa-efeito-causa que provoca uma espiral crescente que está fora do controle das partes envolvidas.

Os líderes religiosos não podem renunciar a isto, sob pena de perderem seus clientes. Assim, renunciam de forma indireta, à sua fé e conseqüentemente à Cristo.



Os “fiéis” desconhecem sua real situação, não podendo assim, reger suas ações. Aprenderam somente a buscar a religião que melhor satisfaça suas necessidades terrenas, que ofereça a melhor recompensa possível com o menor custo. Buscam a melhor relação custo-benefício. Não amam a Deus e sequer o conhecem. Tampouco sabem explicar o motivo de sua fé. Servem a “Deus” apenas para satisfação de seus desejos. Sua fidelidade está condicionada às recompensas que recebem. Quando insatisfeitos, migram para outra igreja que lhes proporcionem de forma rápida, crescimento e estabilidade econômica. Não se convertem a uma fé ou à Deus, apenas buscam a satisfação de suas necessidades. Querem uma religião funcional, pragmática e de resultados. Negociam seus dízimos com Deus.

Neste contexto, os líderes religiosos são meros operadores do sistema, e fazem leitura seletiva da Bíblia, buscando textos e verdades que atendam a demanda dos consumidores de bens e serviços simbólicos da salvação.

Há um texto Bíblico, narrado por Lucas a respeito de uma orientação de Jesus, que praticamente foi banido. Não mais se ouve nos púlpitos. É um texto “desatualizado”. Vamos ao referido texto: “*E dizia a todos: Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, e tome cada dia a sua cruz, e siga-me.*” (Lc. 9.23). Quando Jesus fazia a ilustração de “tomar a cruz”, seus ouvintes não tiveram dificuldade de compreender que isto significa “morrer para o mundo” e que cristianismo implica ao homem em renunciar às suas próprias vontades e desejos, pois todos os dias, na região da Palestina, via-se homens condenados por Roma, tomarem sobre seus lombos a cruz onde seriam mortos. Mas esta é uma mensagem que vai contra os interesses correntes, considerada desatualizada e que obviamente não entra na seleção de textos escolhidos para fomentarem nos fiéis a desesperada busca por bens e serviços simbólicos da salvação.

Esquecem-se que *“Toda Escritura divinamente inspirada, é proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça, para que o homem de Deus seja*

*perfeito e perfeitamente instruído para toda boa obra*” (II Tm. 3.16,17). Esquecem-se ainda que, *“se alguém tirar quaisquer palavras do livro desta profecia, Deus tirará a sua parte da árvore da vida e da Cidade Santa, que estão escritas neste livro.”* (Ap. 22.19).

Entretanto, seria injusto atribuímos aos “sacerdotes” toda a culpa pelo atual descompasso do cristianismo com os ensinamentos bíblicos, embora sejam eles os principais fomentadores do cristianismo como busca por recompensa. Não se pode negar também, que o texto bíblico atribui aos líderes a função de orientar o povo. Dentre vários textos neste sentido, destaco as palavras do sábio Salomão: *“Não havendo profecia, o povo se corrompe;”* (Pv. 29.18a). Entende-se por profecia, a palavra de Deus, a Bíblia, que deve ser totalmente preconizada pelos líderes eclesiásticos, sem acréscimos ou omissão.

Mas a grande massa não é inimputável no que diz respeito a este descompasso. A maior parcela das pessoas não procura instruir-se. Aliás, este parece ser o grande problema nacional, com um povo sem instrução, levado pelos formadores de opinião. Mas voltemo-nos para o tema deste capítulo.

A sabedoria bíblica abrange todos os pontos e não deixa de mencionar a parcela de culpa da grande massa:

*“O meu povo está sendo destruído, porque lhe falta o conhecimento. Porquanto rejeitaste o conhecimento, também eu te rejeitarei, para que não sejas sacerdote diante de mim; visto que te esqueceste da lei do teu Deus, também eu me esquecerei de teus filhos.”* (Os 4.6)

E ainda, *“Por isso, como é o povo, assim será o sacerdote; e castigá-lo-ei conforme os seus caminhos, e lhe darei a recompensa das suas obras”.* (Os. 4.9). Jesus também disse: *“E Jesus, respondendo, disse-lhes: Porventura não errais vós em razão de não saberdes as Escrituras nem o poder de Deus?”* (Mc12.24). E complementa : *“Jesus, porém, lhes respondeu: Errais, não compreendendo as*

*Escrituras nem o poder de Deus;*” (Mt 22.29 ). O Apóstolo Paulo ainda acrescenta: *“De maneira que cada um de nós dará conta de si mesmo a Deus”*. (Rm. 14.12).

Não se pode alegar ignorância ou desconhecimento da Lei de Deus. Todos somos imputáveis. Assim sendo, cada indivíduo deve buscar o conhecimento da verdade pois, como está escrito: *“e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.”*(Jo. 8.32). E ainda: *“Tende cuidado para que ninguém vos faça presa sua, por meio de filosofias e vãs sutilezas, segundo a tradição dos homens, segundo os rudimentos do mundo e não de Cristo.”*(Cl.2.8).

Infelizmente, muitos têm-se deixado fazer presa de homens, com sutilezas, manipulando o discurso bíblico, arrebanhando multidões ávidas por recompensas materiais.

Como considerações finais deste capítulo, acho interessante traçar um paralelo com a visão weberiana e ainda com o pensamento keynesiano.

Como destacado no início deste capítulo, embora tratassem de assuntos diversos tanto Keynes, quanto Weber, identificaram um “fator externo”, que Keynes denomina “Espírito Animal” e Weber identifica como “Espírito do Capitalismo” que possui vida própria e não apenas interage com o homem, mas o manipula, bem como a sociedade como um todo, passando em despercebido e produzindo um capitalismo selvagem, sem escrúpulos.

Quando mencionei que formou-se um círculo vicioso entre os “Banqueiros de Deus” e os “consumidores”, com causa-efeito-causa provocando uma espiral crescente que está fora do controle das partes envolvidas, o fiz lembrando-me das colocações de Weber e de Keynes. Ouso afirmar que, este círculo vicioso é manipulado por este “Espírito do Capitalismo”. Pode parecer um pensamento infantil, assim como o era a crença na “mão invisível” da parte dos liberais. Mas qualquer que tenha uma formação cristã similar a que tenho, certamente irá compreender, mesmo que não concorde, o que estou afirmando.

E embora este acadêmico não esteja sequer aos pés destas autoridades, e não tenha a pretensão de ser comparado à eles, se Keynes e Weber explicaram o intangível desta forma, porque não faze-lo também?

## **6. A RELAÇÃO DO CRISTIANISMO COM OS SISTEMAS ECONÔMICOS E TRANSFORMAÇÕES IDEOLÓGICAS**

A busca da compreensão de como o cristianismo deixa de ter um caráter socialista e passa a ser estritamente capitalista, necessariamente passa pela história da Igreja Cristã, que de modo grosseiro, pode ser basicamente dividida em o cristianismo anterior à Reforma, e o cristianismo posterior à Reforma.

O cristianismo anterior à Reforma, compreende desde os primeiros cristãos, que eram independentes e tinham como base a doutrina apostólica, passando por uma fase de tentativa de organização eclesiástica em meio a perseguição romana, com posterior absorção da doutrina cristã pelo Império romano que eleva o cristianismo à condição de religião oficial estatizando-o e, enfim este assumindo um caráter opressor, sendo o único meio de salvação, sob o qual todos os homens deveriam submeter-se, sob pena de danação eterna. Este domínio estendeu-se por toda a extensão do Império romano, tendo inclusive sobrevivido à ele, abrangendo praticamente toda a Europa e países e regiões colonizados pelos europeus.

O cristianismo posterior à Reforma, compreende desde o movimento de Reforma Protestante no século XVI, até os dias atuais, tendo o cristianismo sofrido uma mutação tal, que é quase impossível associa-lo com o movimento original surgido na Palestina no primeiro século da era cristã.

## 6.1 – O Cristianismo Anterior à Reforma

Os primeiros séculos do cristianismo culminaram com a consolidação da igreja romana como detentora do monopólio da salvação. Já no século IV a igreja alcançara esta posição. Este monopólio somente foi quebrado com Lutero e a Reforma Protestante, no século XVI.

Entretanto no início da era cristã, as coisas eram diferentes. Anteriormente à igreja romana alcançar a posição de detentora do monopólio da salvação, havia uma única comunidade cristã. Jesus havia dito: *“Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, estarei entre eles...”* (Mt 18.20).

Seguindo esta palavra, a incipiente igreja de Cristo, reunia-se nas comunidades, sempre em casa de alguém, às escondidas, pois o culto cristão era proibido. A igreja prosseguia crescendo, procurando fugir à vista do Império romano.

Assim, o cristianismo teve continuidade, sempre à margem do Estado, com bispos (presbíteros), pastores e evangelistas. Homens que escreveram seus nomes nos anais da história do cristianismo, como Policarpo, discípulo do Apóstolo João, Orígenes, entre outros.

### 6.1.1 - De uma Roma pagã à uma Roma cristã

Assim como os egípcios, os romanos descobriram que estatizar a religião era a melhor maneira de unificar o império.

Desta maneira, a religião escolhida, foi o paganismo, que aceitava o culto a qualquer coisa, e onde os pagãos deveriam considerar e adorar toda sorte de deuses, sem desconsiderar nenhum.

A grande sacada, era deificar o imperador, ou seja, elevá-lo à condição de deus. Desta forma, entre as obrigações de cidadão, implicava o culto à cézar (imperador). Considerado

como um deus, nenhum leigo jamais ousaria se opor ao imperador. Assim, religião e Estado eram uma só coisa.

Em 312, Constantino, assumiu o poder em Roma, e como todos os imperadores anteriores, era pagão (Fonte: Enciclopédia Britânica).

Mas Constantino era mais astuto que todos os seus antecessores, e se apercebeu que, quanto mais se perseguiam os cristãos, mais estes se multiplicavam. Era uma “praga” que assolava o império. Alguns filósofos pagãos, como Celso, em uma obra escrita por volta do ano 180, atacava os cristãos por se recusarem a servir o Estado (ao não venerarem Cézar e os deuses romanos) e corroerem os laços da sociedade. Entretanto, Celso concordava que era infinitamente mais fácil converter um pagão ao cristianismo do que o oposto, que segundo ele, era quase impossível. ((Fonte: Enciclopédia Britânica)

Sendo astuto, Constantino lançou moda ao afirmar: “se não pode derrotar o inimigo, una-se à ele”.

Assim, Constantino “converteu-se” ao cristianismo, e afirmou que chegou ao poder somente com a ajuda de Jesus.

A fim de não haver insurreições, a princípio Constantino publicou em fevereiro de 313 o edito de Milão, onde o Estado passava a tolerar toda a forma de culto. (Fonte: DEPOIS DE JESUS,1999)

Para acostumar as tropas ao “novo” Deus, Constantino substitui o natal pagão pelo natal cristão.(Fonte: Revista Mundo Estranho, Dezembro de 2004, pág. 51)

Como os pagãos não conseguiam adorar um deus que não pudessem ver, passaram a confeccionar estátuas dos santos cristãos, o que gerou muitas dissensões entre os cristãos. Os que não aceitaram, passaram a ser perseguidos, já em abril de 313 e em 316, tiveram seus bens

confiscados pelo Estado, que incorporava a igreja se tornando uma só coisa. (Fonte: DEPOIS DE JESUS, 1999)

Os bispos da igreja passaram a legitimar suas ações de distorcer a palavra de Deus, baseados no seguinte relato do texto bíblico: “*Na verdade pareceu bem ao Espírito Santo, e a nós, não vos impor encargo algum, senão estas coisas:*”. (At 15:28, grifo meu)

Os fatos narrados no capítulo 15 de Atos, acerca do rito mosaico, foram chamados pelos bispos como o “Concílio de Jerusalém”. Este “primeiro concílio apostólico” estabeleceu um outro e importante precedente de longo alcance, que os bispos usaram como brecha para mudar as doutrinas da igreja como bem entenderem, independentemente do que diz a Bíblia:

*“Posteriormente, os teólogos entenderam que esta frase (Atos 15:28) significava que um concílio devidamente constituído – inspirado pelo Espírito Santo – acarreta consigo o direito de falar com o Espírito exatamente como o Espírito falou nas Escrituras. Um concílio assim podia promulgar doutrinas e práticas, bem como interpretar dogmas. Por isso, os concílios subseqüentes, realizados depois que os apóstolos morreram, fundamentariam a sua legitimidade e autoridade neste primeiro de Jerusalém”* (DEPOIS DE JESUS, 1999, pág. 54, grifo meu)

É óbvio que os “bispos” não estavam mais interessados em servir à Deus, e tão somente seu interesse era a sede pelo poder.

Não pense que isso passou a ocorrer somente após a “conversão” de Constantino. As primeiras heresias foram incorporadas pela igreja já em fins do século I. O apóstolo Paulo já havia advertido que isso ocorreria:

*“Olhai, pois, por vós e por todo o rebanho sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a igreja de Deus, que ele resgatou com seu próprio sangue. Porque eu sei isto: que, depois da minha partida, entrarão no meio de vós lobos cruéis, que não perdoarão o rebanho. E que, dentre vós mesmos, se levantarão homens que falarão coisas perversas, para atraírem os discípulos após si.”* (At 20:28-30, grifo meu)

Isto fica bem claro ao se ler a segunda carta de Paulo à Timóteo, nos capítulos 3 e 4.

Uma das provas que o interesse era tão somente monetário e pelo poder, é a chamada *Doação de Constantino*, documento forjado pelo qual o imperador Constantino teria

transferido ao papa Sívistre I e a seus sucessores a autoridade sobre certos territórios no Ocidente, a fim de justificar a posse dos estados pontifícios. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

Com a unificação do império com a igreja, formou-se a Igreja Católica (universal) Apostólica Romana (menção ao Estado). Isto aconteceu no Concílio de Constantinopla, presidido pelo Imperador Romano Teodósio como decreto “Cunctus Populos”, no ano 381. A partir de então, a autoridade da igreja centrou-se em Roma, dividida entre o bispo de Roma e o imperador, até o declínio do império, onde a igreja gradualmente absorveu o poder Estatal para si. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

Quando Constantino subiu ao poder, o culto cristão estava ainda bastante pouco estruturado, embora sujeito a algumas orientações gerais. Poucas coisas as igrejas tinham mantido desde o século I, como o a observância do *sabbat* judaico (facultativo) e a reunião aos domingos para o culto; nesse dia (chamado o primeiro da semana), os cristãos comemoravam a Ressurreição. Em 321, Constantino oficializou o Domingo como dia santo e pôs em vigor aquilo que poderia chamar-se as primeiras leis do mundo sobre moral pública. Proclamava o edito: “*Todos os juízes, pessoas da cidade e artesãos devem descansar no dia venerável ao Sol...*”. (DEPOIS DE JESUS, 1999 pág. 239)

Apesar do edito, muitos cristãos mantiveram a antiqüíssima prática de observarem também o *sabbat* (Sábado) judaico até o ano 360, quando a igreja o proibiu. (Fonte: DEPOIS DE JESUS, 1999 pág. 239).

### 6.1.2 – A consolidação da Igreja Católica

A consolidação da Igreja católica como detentora do monopólio da salvação, se deu de forma gradativa e somente foi possível a partir da organização da igreja em clero.



Como já mencionado, A organização institucional da Igreja foi o resultado de uma evolução gradativa. Nos primitivos tempos da nova religião, os cristãos se reuniam em casas particulares, compartilhando da refeição eucarística, repetindo orações e recontando histórias da missão de Jesus.

No século III o Cristianismo, que já estava desligado do contexto judaico, deparou-se com situações novas. A Igreja ampliava sua influência e constituía um grande povo. Mas, para consolidar sua expansão, era necessário organizar-se.

As instituições eclesiásticas e as posições doutrinárias tiveram desenvolvimento paralelo: os fundamentos da autoridade residiam na origem apostólica. O termo "apóstolo" era considerado por Paulo de Tarso (10-67 d.C.) em sua acepção etimológica - significando "enviado". A eleição de um apóstolo provinha então de uma ordem carismática - de um apelo do Espírito Santo -, qualificando-o para a pregação do Evangelho. E sua autoridade era aceita desde a comunidade de Jerusalém, sendo ele igualado aos doze escolhidos.

As primeiras autoridades da Igreja foram os apóstolos, aqueles discípulos a quem Jesus pessoalmente confiara a responsabilidade primária de continuarem sua obra. À medida, porém, que a Igreja se difundia, cada congregação passou a ter necessidade de uma liderança própria, para ensinar o credo crescentemente complexo, administrar os sacramentos, gerir a propriedade que a congregação possuía em comum e tomar providências em relação às necessidades materiais de seus membros.

Desde o início do Cristianismo, os Apóstolos tinham auxiliares, eleitos pelo carisma divino. Suas funções eram administrativas e eles se dividiam em *presbiteroi* (anciãos) e *episcopoi* (fiscais) e diáconos (servidores). (Fonte: DEPOIS DE JESUS, 1999). Quando se tornaram importantes, essas funções passaram a depender da escolha da comunidade. De modo geral, os ministérios carismáticos transformaram-se em ministérios institucionais. Seus titulares eram qualificados para transmitir a seus sucessores o carisma recebido. Repousado no

rito da imposição das mãos ou ordenação - que conferia a autoridade para o exercício do ministério - definiu-se então o sistema hierarquizado do Cristianismo.

Havia duas classes de ministros eclesiásticos: os diáconos - encarregados da vida material das comunidades e das obras assistenciais - e os presbíteros ou bispos - que exerciam as funções espirituais e litúrgicas. Presbíteros e bispos, termos inicialmente sinônimos, atuavam de forma colegiada numa comunidade em que houvesse vários deles. Depois, esses ministérios se bipartiram, desenvolvendo-se a doutrina do episcopado. O bispo representava diretamente Cristo, garantindo a ortodoxia e guardando a plenitude dos poderes sacerdotais. Entretanto, quando as comunidades se multiplicaram, uma parte das atribuições do bispo passou ao presbítero. Embora submisso à autoridade episcopal, ele se revestiu das funções sacerdotais.

O termo latino *sacerdos* (sacerdote), designando o presbítero ou padre, só apareceu na linguagem eclesiástica no início do séc. III. Tanto para os judeus como para os pagãos, o sacerdote era essencialmente um sacrificador. No Cristianismo primitivo, entretanto, só existia o sacrifício da cruz, sendo Cristo o único sacerdote verdadeiro por ter imolado a si mesmo. E o termo *sacerdos*, quando adotado, fundou-se na concepção da Eucaristia como o sacrifício da Nova Aliança entre Deus e os homens. (Fonte: REFIDIM)

Os bispos eram considerados descendentes diretos dos Apóstolos. Essa crença justificava-se na afirmação de que os primeiros seriam nomeados por um apóstolo que, pela imposição das mãos, transmitira-lhes sua autoridade. E a "sucessão apostólica", como uma linha contínua e fiel à lei dos Apóstolos, tornou-se garantia da ortodoxia doutrinária; uma Igreja que, através dos bispos, se reivindicava descendente legítima dos Apóstolos, não poderia jamais contaminar-se pela heresia.

As sedes episcopais não possuíam a mesma importância e autoridade. Algumas, estabelecidas nas metrópoles regionais particularmente importantes, atuavam como igrejas-

mãe em relação às igrejas episcopais das províncias. Originou-se então a igreja metropolitana e a organização em províncias eclesiásticas, baseadas nas províncias do Império. Sedes como Alexandria e Antioquia destacavam-se entre as metropolitanas. Entretanto, a primeira posição na hierarquia eclesiástica foi reivindicada pelo bispo de Roma, mesmo depois da mudança da capital para Constantinopla. Acreditava-se que a igreja romana fora fundada pelos apóstolos Pedro e Paulo. A primazia de Pedro no colégio apostólico - *"Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja"* (Mt. 16.18) - perpetuou-se em todo o episcopado na pessoa do seu sucessor. E, se o prestígio do bispo de Roma cresceu devido à supremacia política da capital, reforçou-se pelo conceito da sucessão apostólica. (Fonte: DEPOIS DE JESUS, 1999)

Várias vezes, durante os conflitos disciplinares e doutrinários do fim do séc. II e no séc. III, os bispos de Roma reivindicaram uma autoridade de arbítrio. E quase toda a cristandade ocidental se dispunha a aceitá-la. Entretanto, o papado só se definiu mais tarde, pois, nos primeiros séculos, a Igreja considerava-se episcopal na estrutura concreta e em sua justificação teórica. A maior autoridade desse período estava acima da individualidade do bispo: eram os sínodos e concílios provinciais ou regionais.

À medida que aumentavam os membros da Igreja, distinção mais forte se fez entre os catecúmenos, recém-chegados à religião que recebiam instrução sobre a fé, e aqueles que já haviam sido batizados e tinham permissão de tomar parte na Eucaristia e em outros ritos sagrados.

De hábito, os clérigos não eram casados, pois o celibato era considerado como meritório, mas só muitos séculos depois tornou-se esse costume obrigatório para todos os membros do clero. (Fonte: DEPOIS DE JESUS, 1999)

O clero dividia-se em duas categorias: regular e secular. O clero regular, compreendia os monges e frades ordenados e outros que viviam em comunidades monásticas. Seu nome deriva do latim *regula*, que significa *regra*; quer dizer que eles se submetiam aos

regulamentos especiais de suas comunidades monásticas, que incluía os três votos de pobreza, castidade e obediência aos seus superiores. O clero secular compreendia o grande número de padres e bispos que viviam a vida quotidiana em contato com o mundo dos leigos. Seu nome deriva-se da palavra latina *saecula*, termo figurativo para o mundo das preocupações materiais. Todos os clérigos acima do grau de subdiácono estavam sujeitos à regra do celibato, mas o clero secular, diversamente do regular, não era impedido de possuir bens materiais. (Fonte: DEPOIS DE JESUS, 1999)

O Catolicismo tal qual conhecemos, começou a tomar forma quando em 325 d.C., o Imperador Constantino, supostamente convertido ao cristianismo, convocou o primeiro Concílio das Igrejas, dirigido por Hósia Córdova, com 318 bispos. Constantino construiu a igreja do Salvador e a partir de então os papas passaram a ocupar posição de destaque, vivendo em palácios. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

### **6.1.2.1 – A Igreja Constituída**

Quatro são os fundamentos em que se assenta a natureza da Igreja: *una, santa, católica, apostólica*. (Fonte: DEPOIS DE JESUS, 1999)

Nascente a partir do cristianismo, como igreja militante, com um clero e um laicato, poder de ordem e jurisdição, tem a Igreja Católica mantido a sua unidade, ou monopólio da salvação ao longo de vinte séculos. Esse monopólio vem sendo combatido ao longo dos séculos pelas heresias, pelos cismas, pelas secessões.

Duas secessões, ao longo desses vinte séculos, marcaram o desligamento de ramos importantes, que vieram dividir a cristandade primitiva e constituir formas de civilização até por vezes antagônicas, mas sem ferir a unidade original do tronco. A primeira dessas secessões foi a bizantina, provocada pela separação entre Roma e Constantinopla, devido a

discussões irredutíveis em torno de problemas teológicos. Formou-se, assim, a Igreja Ortodoxa, que vinha do séc. VI mas se positivou em 1054, com a excomunhão de Miguel Cerulário pelo Papa Leão IX. Mais tarde, transferiu a sua sede de Bizâncio para Moscou. (Fonte: DEPOIS DE JESUS, 1999)

Quanto ao Maometismo, no séc. VII, - quando Maomé se apresentou como o próprio portador da revelação divina e o Cristo passou a figurar como um profeta. O Alcorão substituiu os Evangelhos e a raça árabe formou uma religião anticristã, - religião própria, de tipo semítico, com certos vestígios de Hebraísmo e Cristianismo, em que desaparecem os sacramentos. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

A segunda secessão foi a Reforma protestante, no séc. XVI, que arrastou consigo a separação da Alemanha, da Inglaterra e mais tarde dos Estados Unidos, na base da exaltação do livre exame individual das Escrituras sagradas contra a autoridade e a tradição, invariavelmente afirmadas pela Igreja Romana, como cimento da unidade cristã.

Embora essas divisões afetassem fundamentalmente a Cristandade, isto é, a civilização baseada nos ensinamentos evangélicos, manteve-se a unidade através dos séculos, fiel a uma dogmática outrora baseada nos ensinamentos diretos de Jesus Cristo, tais como registrados nas Sagradas Escrituras e transmitidas pela tradição e pela autoridade central, - a Igreja, mas gradativamente distorcidas em decorrência de interesses espúrios de seus líderes.

Essa unidade, em parte, é sustentada supostamente devido ao seu segundo fundamento, ou seja, a santidade, pela preeminência do seu caráter sobrenatural, como sendo o próprio Cristo misticamente presente entre os homens até a consumação dos séculos. Seu objetivo não deveria ser de ordem temporal, mas eterna, de ordem espiritual e não social. Ela foi fundada para servir e não para ser servida, como o seu próprio fundador. Daí deveria ter mantido sua independência em face das raças, das civilizações, das línguas, dos governos, de tudo o que seja de ordem puramente natural. Finalmente, esse princípio de santificação não implica que a

Igreja seja uma Assembléia de perfeitos, o que foi declarado por Santo Agostinho como heresia, mas uma comunidade de fiéis à busca da perfeição, em si e nos outros.

Sobre o seu terceiro fundamento, - católica, etimologicamente, esta palavra significa universal. Daí o seu anti-racismo invariável como o seu anti-nacionalismo, sempre que racismo se entenda como predomínio de uma raça sobre outra por motivos de superioridade étnica, e nacionalismo uma extralimitação de direitos e uma afirmação também de superioridade de uma só nação, dando lugar logicamente ao imperialismo e ao genocídio. Uma Igreja Católica nacional é uma contradição nos termos. Quando falamos em Igreja Católica temos sempre em mente ou devemos ter, o seu caráter eminentemente supranacional, supra-racial, supracontinental, suprapolítico ou econômico.

A apostolicidade da igreja é o seu caráter final e deve ser entendido em dois sentidos, no tempo e no espaço. A Igreja é apostólica porque deriva do seu fundador, Jesus Cristo, através dos apóstolos e discípulos. A essa apostolicidade temporal segue-se uma apostolicidade espacial, segundo a qual a mensagem do Cristo deveria representar a conquista do mundo pagão para Deus, o Cristo e a Igreja, isto é, para a Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo.

A supressão de algum desses quatro fundamentos em que constituiu as colunas mestras do seu edifício, é sempre um sinal de decadência ou de recessão. Cada uma delas completa as outras.

#### **6.1.2.2 – Os Concílios**

O clero de cada congregação mantinha estreito contato com a das outras congregações. Essa associação entre o clero muito fez para fortalecer a Igreja, pois permitia que uma congregação auxiliasse outra em tempo de necessidade; ajudava a impedir a difusão de

heresias e possibilitava consultas entre várias congregações. Tal associação também trabalhou para fortalecer a posição do clero sobre os membros leigos de sua congregação.

Com o decorrer do tempo, tendeu a Igreja a seguir o padrão de organização usado na administração do Império Romano. Assim, as congregações se agruparam de acordo com as municipalidades e províncias em que se situavam. Os bispos das cidades principais passaram a ser conhecidos como bispos "metropolitanos" e conquistaram preeminência sobre os bispos de municipalidades menores. No terceiro século, esses bispos metropolitanos deram início ao costume de convocar concílios provinciais, a que eram chamados os representantes do clero de todas as cortes da província. Às vezes, concílios ecumênicos, ou assembléias de todos os bispos do mundo cristão, eram convocados para tratar de questões que envolviam a Igreja inteira. (Fonte: DEPOIS DE JESUS, 1999)

Alguns desses concílios ecumênicos, como o que se reuniu em 325, foram muito importantes na história da Igreja. Contudo, não se reuniam tantas vezes nem exerciam influência tão grande como se poderia esperar. Isto em parte se devia às dificuldades surgidas em poderem homens viajar de todo o Império para um local comum de encontro e, depois, em serem induzidos a chegar a acordo sobre as questões postas em debate. Mas também se devia ao prestígio crescente do Papado, que igualmente proclamava representar a Igreja como um todo.

Somente a partir de meados do séc. II, no entanto, é que maior número de concílios (sínodos) se realizam, com a finalidade de resolver questões relativas às heresias da época. O primeiro deles parece ter-se realizado na Ásia Menor, com o fim de adotar medidas contra o montanismo, para discutir questões sobre a Páscoa e estabelecer o cânon do Novo Testamento. Certos escritos, entre os quais muitos apócrifos, surgiram nessa época, como o *Didaquê* ("ensino do Senhor através dos doze Apóstolos"), anterior ao ano 150. O *Didaquê* tratava de instrução moral, da liturgia, da disciplina e dos ofícios eclesiásticos, além de uma exortação



final sobre o breve retorno de Jesus e a ressurreição dos mortos. Os primeiros teólogos e os primeiros Padres da Igreja são dessa época. (Fonte: DEPOIS DE JESUS, 1999)

A partir de 325, com o Concílio de Nicéia, começam os concílios maiores, chamados ecumênicos, convocados para estabelecer a posição da Igreja ante doutrinas consideradas heréticas. Nesse primeiro concílio geral aprova-se o credo de Nicéia, como resposta ao arianismo; em 381 (Constantinopla I) define-se a natureza da divindade do Espírito Santo; em 431 (Éfeso) trata-se da unidade pessoal de Cristo e da Virgem Maria; em 451 (Calcedônia) definem-se as naturezas divina e humana de Cristo; em 553 (Constantinopla II) condenam-se os ensinamentos de Orígenes e de outros; em 680-681 (Constantinopla III) são dogmatizadas as duas naturezas de Cristo; em 787 (Nicéia II) é regulada a questão da veneração das imagens. (Fonte: CAMPOS, Documentário O Estado do Vaticano)

### 6.1.2.3 – Ascensão do Papado

As igrejas que eram livres e independentes entre si, passaram a perder autonomia com o papa Inocêncio I, ano 401, que dizendo-se *‘Governante das Igrejas de Deus’*, exigia que todas as controvérsias fossem levadas a ele. (Fonte: CAMPOS, Documentário O Estado do Vaticano)

O Papa era o Bispo de Roma. Seu papel, porém, envolvia muito mais do que a supervisão da diocese romana, pois ele afirmava ser o chefe espiritual da Igreja, abençoado com a orientação especial do Espírito Santo, e todos os católicos romanos conheciam essa afirmação. Repousava ela na base de que Jesus designara o Apóstolo Pedro como chefe da nova Igreja e Pedro, que se tornara o primeiro Bispo de Roma, passara a direção de toda a Igreja, e não somente a diocese de Roma, aos seus sucessores no Bispado Romano.



A coexistência entre a Igreja e o Estado Romano não se manifesta somente ao nível institucional e político, mas também no mundo teológico e filosófico. Os cristãos se abrem cada vez mais à filosofia pagã, particularmente ao neo-platonismo e ao estoicismo. O primeiro dá ao cristianismo a sua cosmovisão e novas categorias teológicas; o segundo, a sua formulação ética. A situação parecia concretizar o que Justino escrevera no séc. II:

*" Todos os princípios justos que os filósofos e os legisladores descobriram, eles o devem ao fato de haverem contemplado parcialmente o lógos. A doutrina de Platão não é estranha à do Cristo, assim como a dos estóicos. Mas cada um deles não pode exprimir senão uma verdade parcial".*

Clemente de Roma também afirmara que um centro de unidade política poderia ser fator da unificação institucional das Igrejas.

A *pax romana*, com a vertiginosa expansão da Igreja e suas lutas internas, sente-se ameaçada. Com a morte de Constantino (337) e a divisão do império entre os seus três filhos, novamente a situação torna-se hostil para a Igreja. Entretanto, Teodósio o Grande proíbe o culto pagão, quando a partir de então muitos templos pagãos são destruídos ou transformados em igrejas. (Fonte: DEPOIS DE JESUS, 1999)

No início do séc. V, o bispo de Roma já havia conquistado posição de destaque. Devia-se isso não somente à crença de que o apóstolo Pedro ali fundara uma Igreja, como também à ortodoxia do bispado em meio à crise ariana e sua firmeza durante as invasões germânicas. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

Em 445, Leão I conseguiu que Valentiniano III, imperador do Ocidente, promulgasse um edito estabelecendo a primazia do bispo de Roma como sucessor do "primado de São Pedro". Este fato reforçou, ou legitimou uma prescrição de Leão I em 440, onde afirmava que '*Resistir a sua autoridade seria ir direto para o inferno*'. Os historiadores viram nele, algo como que o papado emergindo das ruínas do Império Romano, já decadente, herdando deste o

autoritarismo e o latim como idioma. (Fonte: CAMPOS, Documentário O Estado do Vaticano)

Outras circunstâncias ajudaram o Papa a ganhar uma posição de liderança. Num tempo em que todo o Império se acostumara a olhar para Roma como o centro político do mundo civilizado, era natural que os cristãos de todo o Império buscassem em Roma orientação espiritual. Assim, o Papa se tornou uma réplica do imperador. Mais tarde, quando o Império se dividiu em duas partes e o imperador se estabeleceu em Constantinopla, o Papa conseguiu prestígio ainda maior, pois continuou a representar o princípio da liderança romana. Além disso, vários dos primeiros papas foram homens de notável estatura, que fizeram bom uso de sua posição para manter o poder da Igreja sobre o Estado. No oriente, os imperadores em geral controlavam as igrejas; ao contrário de Roma com o césaro-papismo, a Igreja do Oriente nunca exerceu o poder temporal. E, enquanto as igrejas do leste (onde a tradição grega de especulação filosófica permanecia forte) muitas vezes se embaralhavam em controvérsias doutrinárias, tais lutas raramente agitavam as igrejas do Ocidente. Desse modo, Roma veio a ser conhecida como o baluarte da doutrina ortodoxa cristã. (Fonte: DEPOIS DE JESUS, 1999)

A ascensão do papado continuou gradativamente, ganhando força com os papa Estevão II nos anos 741 a 752, que consegue desenvolver o Estado do Vaticano instigando Pepino o Breve e seu exército a conquistar territórios da Itália e doa-los à igreja. Carlos Magno, seu pai, confirmou esta doação no ano 774 elevando o catolicismo a posição de poder mundial, surgindo o “Santo Império Romano” sob autoridade do papa-rei que durou 1.100 anos.(Fonte: Enciclopédia Britânica)

A despeito de o poder temporal no campo político e religioso ter diminuído através das Reformas no século XVI, das conquistas de Napoleão Bonaparte, aprisionando o papa Pio VII em 1740, e sucessivamente quando Vitor Emanuelli no ano 1870 derrotou as “tropas do papa”, tornando-se o primeiro rei da Itália, pondo fim ao Santo Império Romano, o ápice da

arrogância papal surge no século XIX, mais precisamente em 1870, com a teoria gregoriana do primado do papa sendo consolidada no Concílio Vaticano I, com a declaração da infalibilidade papal. (Fonte: CAMPOS, Documentário O Estado do Vaticano)

## 6.2 – O Cristianismo Posterior à Reforma

Os movimentos culturais e religiosos – Renascimento (séc. XV e XVI) e Reforma Protestante (séc. XVI), culminaram com a derrocada do poderio da igreja católica romana que detinha o monopólio político, cultural, social e religioso, determinando a trajetória de toda a vida de cada ser humano e até mesmo seu destino *post mortem*.

Estes movimentos promoveram a abertura do pensamento filosófico e cultural. A Bíblia por exemplo, deixou de ser proibida para leigos e todos tiveram acesso a seu conteúdo, podendo individualmente conferir as contradições e heresias impostas pela igreja romana.

Rompeu-se o monopólio da salvação.

A cristandade que havia começado como uma mensagem de consolação aos deserdados e pobres, com uma doutrina que combatia a desigualdade e preconizava o ter tudo em comum (comunhão de riquezas) pois todos somos iguais perante Deus, membros do mesmo corpo e que outrora havia, com o advento do capitalismo, se tornado voraz, abandonando a luta contra a propriedade privada, sendo ela mesma a fonte de mais discrepâncias e antagonismos sociais, aliando-se aos poderosos (classes dominantes) e por fim, tornando-se ela mesma, representada pela igreja romana, senhora do mundo, o organismo capitalista mais voraz e desumano da história, tenta agora, com a reforma, regressar aos princípios bíblicos e ensinamentos de Jesus.

A Reforma protestante do séc. XVI originou-se no desejo de recuperar a vida e a vitalidade da Igreja e do Novo Testamento, deformada, segundo os reformadores, pelo poder temporal do papado, a imoralidade do clero e por desvios doutrinários. Esse movimento já

havia sido preparado por diversos fatores, a começar pelas pregações de Wycliffe e João Huss. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

As motivações luteranas para a reforma sempre soaram puras, sinceras, livres de interesses pessoais. Entretanto, como disse o Apóstolo Paulo em sua carta ao jovem Timóteo, *“Porque o amor ao dinheiro é a raiz de toda espécie de males; e nessa cobiça alguns se desviaram da fé e se traspassaram a si mesmos com muitas dores.”* (1 Tm. 6.10), de fato ocorreu uma deformação dos objetivos primeiros da reforma, gerando crises subseqüentes na “nova igreja” ou igreja reformada. Com a intervenção sempre crescente da igreja (instituição) nas questões civis, e a ambição desmedida por parte de seus líderes, o descontentamento que se instala tanto nos fiéis quanto na parte oposta da liderança, gerou sucessivas divisões, sempre buscando a “purificação”. Não se conseguiu manter-se uma coesão entre os protestantes.

Isto acabou por propiciar um ambiente favorável à adoção de práticas capitalistas nas novas instituições que se formavam a partir das divisões e sucessivas e incontáveis subdivisões, pois passaram a concorrer pelos fiéis não apenas como igrejas em busca das almas perdidas com o fim de salvá-las da danação eterna, mas como empresas capitalistas, mesmo que travestidas de instituições religiosas, em busca por consumidores fiéis, conforme já relatado no capítulo cinco deste trabalho.

É evidente que a questão não é tão simples, e talvez este grau de concorrência capitalista somente tenha sido alcançado nas últimas décadas.

No Brasil, este movimento tornou-se mais evidente com o advento da Igreja Universal e similares, como Igreja Internacional da Graça, Renascer e por último, em uma desesperada tentativa da igreja romana em recuperar terreno (ou consumidores) imitando o modelo capitalista, lançando seus padres “pop-stars”, como Marcelo Rossi entre outros.

Mas, para alcançar este nível de concorrência capitalista, deve haver um descolamento do ideal, ou do pensamento original cristão. Este afastamento foi notoriamente identificado por Weber, que entende que na verdade, o Calvinismo e o Puritanismo, movimentos oriundos de divisões subseqüentes à Reforma, forneceram o clima e o veículo necessários para a eclosão do espírito capitalista, pois criaram uma nova ética para o homem cristão, onde o enriquecimento pessoal, que somente é possível pela expropriação da mais valia, enaltecia a glória de Deus.

Mas vejamos primeiramente as motivações e a Reforma propriamente ditas.

### **6.2.1 - Primeiras Sementes da Revolta**

A Alemanha, em fins do séc. XV e início do séc. XVI, presencia a derrocada do poder feudal e uma série de renovações na estrutura sócio-política-econômica. Começa a surgir uma estrutura capitalista e é aí que têm origem os futuros monopólios. É com eles que os donos do dinheiro passam a dominar os donos das terras. Os banqueiros imiscuem-se em todos os negócios. Com isso, riquezas imensas acumularam-se nas mãos de uns poucos e o poder político acompanhava-as. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

O sistema político fora até então apoiado nos cavaleiros, que, como vassalos rurais dos grandes senhores feudais, suportavam praticamente toda a estrutura do poder e mantinham funcionando o mecanismo social. Com o tempo, pressionados pelo esvaziamento político e econômico, muitos cavaleiros passaram também a assaltar, desenvolvendo banditismo generalizado. Eram os "barões ladrões".

Com isso, logicamente, a Alemanha era uma colcha de retalhos de muitos e poderosos interesses, em conflito permanente e implacável. Ninguém tinha autoridade generalizada e indiscutível, ou, pelos menos, razoavelmente respeitada. Se o Imperador (católico,

naturalmente) tivesse maior autoridade sobre os príncipes alemães, a Reforma teria sido esmagada, ou, no mínimo, retardada. Era muito forte o contraste entre o poder discricionário dos príncipes e a fraqueza dos imperadores, que, embora possuidores de título pomposo, eram, em grande parte, figuras decorativas. Nem mesmo dispunham de uma estrutura econômico-financeira e tributária para sustentar as exigências do poder.

Além disso, os imperadores eram eleitos pelos príncipes, o que, em larga margem, os tornava dependentes dos seus eleitores, a quem deveriam cortejar como qualquer vereador moderno, mesmo porque dependiam de suas tropas quando um perigo maior ameaçava o Império.

Por outro lado, a Igreja era o grande poder daquele tempo na Europa, tanto no campo estritamente religioso como no político, social e econômico. Não era mais a Igreja dos Apóstolos e dos Mártires que sofria a opressão terrível do poder civil nem a Igreja medieval que partilhava o poder civil, mas a Igreja transviada, que dominava todos os poderes.

O poder que possuía este mundo clerical e a influência que ele exercia em todos os domínios, fornecendo largamente os efetivos necessários para o serviço das paróquias, das capelas e dos mosteiros, a inumerável milícia dos que haviam recebido a tonsura - e que, por isso, beneficiavam-se de preciosos privilégios - encontrava-se ainda em toda parte: na corte dos reis, nos castelos principescos, nas Universidades e na solidão dos eremitérios. Era sobre um verdadeiro exército de clérigos - um décimo talvez da população adulta da Europa - que a autoridade da Igreja se apoiava.

No cimo dessa pirâmide de poder, sentava-se o Papa, com um prestígio imenso, incontestado. O Papa era considerado o herdeiro de São Pedro e ungido por Deus, sobrepondo-se aos mais poderosos imperadores, que não eram considerados realmente investidos no poder, senão depois de consagrados, ungidos e coroados pelo Papa ou seu representante autorizado.

Paralelamente, para suprir e alimentar os cofres, sempre ávidos, da Igreja, quase todos os recursos passaram a ser válidos, desde a arrecadação dos dízimos - instituído por ocasião das cruzadas - até os direitos de despojo, que incidiam sobre a herança dos prelados falecidos.

Mesmo assim, porém, os orçamentos eram sempre deficitários e novos recursos foram criados pela inesgotável inventiva dos "fiscalistas" da Igreja, como, por exemplo, os "rendimentos que os bispos e outros dignitários auferiam por ocasião das visitas canônicas que faziam aos estabelecimentos que lhes estavam confiados". A Igreja tornara-se um governo civil como os outros, com secretarias, um corpo de funcionários, diplomatas e técnicos de muitos ofícios.

É uma época caracterizada pela mistura de um misticismo doentio com os maiores desregramentos morais. É a simonia que avassala o seio da Igreja. A Igreja do Castelo de Wittenberg tinha 19.000 relíquias, das mais disparatadas origens e supostamente ligadas aos mais elevados momentos históricos do Cristianismo. Há um comércio desenfreado de ossos de santos. Há pedaços de pão que sobraram da Ceia final de Jesus com seus apóstolos. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

A ignorância generalizada das legítimas raízes do Cristianismo, tal como as preservaram os Evangelhos, é uma constante motivação para os mais terríveis transviamentos. A bruxaria amplamente se divulga e se pratica, de tal modo que decretos conciliares proíbem que as mulheres "voem de noite a cavalo sobre um pau para irem celebrar festas do Demônio". Pode-se, hoje, imaginar com que facilidade se misturavam aí fenômenos autênticos, explorações, mistificações e fantasias. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

A Igreja Católica define a indulgência como "remissão de Deus a uma punição temporal que ainda se deve, depois que a culpa foi perdoada". Ou seja, o culpado pleiteia o perdão e o consegue, mas não se livra da punição. Acontece, porém, segundo os ensinamentos da Igreja, que o débito correspondente à punição poderia ser resgatado de outras maneiras, através de



uma sutil e perigosa invenção teológica chamada "*thesaurus supererogationes perfectorum*", ou seja, um tesouro espiritual inesgotável, formado pelos méritos do Cristo e pelas boas obras superabundantes dos santos, vastíssima acumulação de graças que fora confiada aos chefes da Igreja para serem distribuídas amplamente pelos fiéis, segundo suas necessidades. Essa indulgência, no sentido de remissão ou dispensa, poderia ser plenária (total) ou parcial. Estava ao alcance dos vivos e dos mortos, porque poderia também ser pleiteada em favor das "almas do purgatório". (Fonte: Enciclopédia Britânica). A Igreja atribuiu-se esse poder de "ligar e desligar" e "perdoar ou confirmar o pecado", invocando os conhecidos versículos de Mateus (16:19 e 18:18) e João (20:23). A questão é que os textos possuem conotações espirituais, cujo sentido se perdeu ao longo dos séculos. Foram dirigidos aos seguidores imediatos, amigos pessoais de Jesus, seus verdadeiros apóstolos, que, providos de autoridade constituída por Jesus, podiam, com relativa facilidade, reconhecer no ser humano aquelas condições que indicavam a justificação em Cristo Jesus.

As indulgências tornaram-se fonte de renda e fator de corrupção incontrolável. Estava descoberta e implantada a doutrina perigosa e lamentável de que se poderia trocar dinheiro por pecados, ou seja, resgatar erros clamorosos mediante contribuição em dinheiro, pois foi se tornando cada vez mais difícil convencer a cupidez humana, de um lado, e a atração pelo pecado, de outro, de que a indulgência pressupunha o perdão e o arrependimento.

É certo que muito dinheiro foi aplicado na construção de enormes catedrais, bem como hospitais, universidades, escolas e até obras públicas, como pontes, etc., mas parcelas substanciais começaram a ser desviadas para as bolsas das autoridades eclesiásticas e dos coletores, que se chamavam *quaestores*. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

Ao tempo de Lutero, o comércio das indulgências era amplo, aberto, feito às claras e sem nenhum escrúpulo. E, a despeito do clamor que a Reforma fez levantar contra essa indigna mercantilização, a venda de indulgências prosseguiu ainda por alguns decênios, até o



Concílio de Trento, em 1562, quando se processou o movimento chamado Contra-Reforma. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

### 6.2.2 – A Reforma Protestante

Iniciada por Martinho Lutero (1483-1546) com seu desafio aos legados papais e à excomunhão, a Reforma protestante não se desenvolveu em uma só direção: foram diversos os grupos que percorreram caminhos paralelos e irreconciliáveis, embora unidos por sua oposição à doutrina e à disciplina da igreja romana e por sua luta política e militar contra o papa ou o imperador.

Martinho Lutero, monge agostiniano, sentiu como uma experiência pessoal, baseada em um texto da epístola de São Paulo aos romanos, que a salvação de Deus se comunicava pela fé e não por meio das obras, que decorrem da natureza humana corrompida pelo pecado original. Dessa concepção fundamental - "só a fé" - deduziu aos poucos, segundo as controvérsias ou as circunstâncias políticas, o conjunto de seu pensamento. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

A fagulha que iniciou o levante religioso conhecido da Reforma ou Revolta Protestante, foi uma disputa entre Lutero, obscuro monge agostiniano ligado à Universidade de Wittenberg, na Saxônia, e João Tetzel, agente e negociador papal. O debate entre eles girou sobre certas questões relativas ao costume da Igreja de "vender" indulgências.

De condição humilde, filho de um mineiro, Lutero teve sorte bastante para receber educação universitária em Erfurt. Era homem de aguda inteligência, com o dom de conquistar seguidores, mas também pessoa de profundas e explosivas emoções e gênio variável. Na idade de 22 anos, experimentou uma "conversão" e fez votos monásticos em 1506. Uma visita a Roma revelou-lhe a corrupção da Igreja e sua própria experiência religiosa levou-o a crer que a salvação residia, não nos sacramentos e nas "boas ações" prescritos pela Igreja, mas pura e

simplesmente na graça de Deus, dada gratuitamente a quem quer que tivesse completa fé em Deus e em Sua bondade. Encontrou apoio para essa convicção numa afirmativa de Santo Agostinho de que a graça de Deus não se ganha com boas obras, o que parecia confirmar a opinião de Lutero de que a salvação é conseguida exclusivamente pela fé. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

Essa doutrina esposada por Lutero feria o próprio coração do sistema sacerdotal da Igreja. Se, de fato, a fé sozinha fosse suficiente para a salvação, então os homens não necessitavam do ministério dos padres nem de tomar parte nos sacramentos. Rompia-se o monopólio da salvação conquistado pela igreja romana. Uma vez tornadas públicas as opiniões de Lutero só restava à igreja romana rotulá-lo de herege, pois evidentemente representavam uma ameaça à ela.

De acordo com a doutrina da Igreja, em sua origem, a indulgência não dava a ninguém permissão para pecar sem sofrer punição, nem beneficiaria a alma de quem sinceramente não se arrependesse dos pecados de que era culpado. Contudo, essas sutilezas da doutrina não eram claramente explicadas às pessoas que adquiriam indulgência.

Alberto de Hohenzollern havia sido eleito Arcebispo de Magdeburgo e Mogúncia, e ao assumir o cargo, o novo arcebispo era obrigado, pelo costume da Igreja, a pagar ampla soma ao Papado e, para permitir-lhe os meios de levantar essa importância, o papa dera-lhe permissão de negociar indulgências com os fiéis. O novo arcebispo entregou a negociação delas a João Tetzel, agente Papal, que mostrou ser um negociante enérgico, e inescrupuloso. E sua avidez em negociar foi aumentada em virtude de um arranjo com o arcebispo, que lhe permitia guardar, como sua comissão, uma porcentagem sobre todo o dinheiro que levantasse. (Fonte:DEPOIS DE JESUS, 1999)

Isso foi demais para Martinho Lutero. Correu a denunciar a idéia de que um simples pedaço de papel pudesse conquistar a salvação para os homens e a afirmar sua própria

convicção de que esta só podia vir de genuíno arrependimento dos pecados e firme fé em Deus. Expôs essas idéias em forma de noventa e cinco teses, ou afirmações, que se prontificou a defender em debate público e, a 31 de outubro de 1519, pregou um papel em que escrevera as teses à porta da Igreja de Wittenberg. (Fonte: Enciclopédia Britânica) A repercussão das teses de Lutero foi surpreendente, pois parecia dizer coisas que muitas pessoas na Alemanha estavam pensando.

Alarmado com esse tumulto, o papa Leão X ordenou que os agostinianos disciplinassem o Irmão Martinho e, ao mesmo tempo, baixou uma declaração oficial explicando a doutrina das indulgências. Levado ante um legado papal, Lutero recusou retratar-se. Contudo, escapou a ser punido por sua heresia por ser amigo do Eleitor da Saxônia, que o protegeu das autoridades eclesiásticas. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

Com o apoio de muitos líderes políticos e humanistas alemães, Lutero passou a atacar ainda outros princípios e práticas da Igreja. Tornado completo seu rompimento com a Igreja Católica, começou Lutero a organizar seus seguidores numa nova Igreja, para tomar o lugar da antiga. Nessa organização, introduziu ele certo número de inovações em matéria de práticas - principalmente, permitiu que o clero se casasse. Quanto à eucaristia, contudo, entenderam os reformistas que fora realmente instituída, porém, sob duas espécies, isto é, pão e vinho. Nada de hóstia, portanto. Reviu, também, pontos de doutrina de acordo com suas próprias convicções. Assim, negou que a confirmação, o matrimônio, a extrema unção e a ordem fossem sacramentos. Manteve os outros três dos sete sacramentos tradicionais: batismo, penitência e eucaristia. Contudo, mudou o sentido de "penitência" para "arrependimento" e substituiu por um novo princípio, o da "consubstanciação", o tradicional da "transubstanciação", para explicar a miraculosa mudança do pão e do vinho na carne e no sangue de Cristo, no rito comemorativo da Última ceia. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

A Reforma consolidava-se e expandia-se. Lutero, secundado pelo seu incondicional amigo Melanchthon, reiniciou a tradução do Velho Testamento, há algum tempo interrompida. Melanchthon estudava o texto grego e Aurogallus, o hebraico, e, às vezes, no dizer de Lutero, despendiam "quatro dias para escrever três linhas", tal era o cuidado em verter ao alemão o verdadeiro sentido das palavras, pois para Lutero a Bíblia era a única autoridade em matéria de religião. (Fonte: Enciclopédia Britânica)

O rompimento de Martinho Lutero com o catolicismo romano não foi um fenômeno isolado, mas uma de várias rebeliões religiosas que ocorreram mais ou menos ao mesmo tempo em diversos lugares. O sucesso do luteranismo deu encorajamento às outras rebeliões, mas estas bem poderiam ter-se verificado sem tal estímulo, pois a crítica à antiga Igreja estava no ar, em toda a Europa católica.

A teologia de Lutero concentra-se na doutrina paulina da justificação pela fé. Com isso Lutero ressaltava a obra salvadora de Deus em Cristo sem qualquer reconhecimento dos méritos das obras humanas. Vê o homem submerso em pecado, distanciado de Deus, incapacitado de alcançar a salvação. Somente pela graça pode o homem aproximar-se de Deus e ser salvo, não obstante o seu pecado. O homem se apropria dessa graça através da fé e passa a viver o Evangelho com absoluta liberdade. A fé é um milagre e como tal não pode ser entendida por nossos critérios racionais comuns. A justificação pela fé significa que Deus aceita o pecador e não que o homem, ao ser aceito, deixe de ser pecador. O que importa, logo se vê, é a atitude de Deus, a iniciativa que Ele toma em Cristo em favor do homem.

Duas das mais importantes entre essas rebeliões, aconteceram na Suíça, primeiramente sob a liderança de Ulrico Zwinglio (1484-1531) e, posteriormente, com João Calvino (1509-1564). (Fonte: Enciclopédia Britânica)

### 6.3 - Uma Teoria à Transição Ideológica

Como é sabido, Weber identifica no protestantismo, mais precisamente no calvinismo e no puritanismo, a causa principal nas transformações ideológicas concernentes ao acúmulo de riquezas pelo cristão, criando um ambiente propício para o desenvolvimento do capitalismo, que de início, necessitava do “aval”, de uma justificativa religiosa e que segundo o próprio Weber, após completamente desenvolvido, descarta a justificativa religiosa, pois o pensamento da sociedade como um todo já foi transformado, e hoje, é a religião que busca no capitalismo os meios necessários à sua sobrevivência e expansão e não o contrário.

No capítulo V de seu livro intitulado **“A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”**, Weber destaca o pensamento calvinista com relação ao trabalho e as posses. Ao contrário do que preconizava a igreja romana, embora esta vivesse de forma inversa ao que submetia seus fiéis, pecado não seria o acúmulo de riquezas, as posses, e sim o descaso para com ela.

*"Pois o 'eterno descanso da santidade' encontra-se no outro mundo; na Terra, o Homem deve, para estar seguro do seu estado de graça, 'trabalhar o dia todo em favor do que lhe foi destinado'. Não é, pois, o ócio e o prazer, mas apenas a atividade que serve para aumentar a glória de Deus, de acordo com a inequívoca manifestação da Sua vontade  
A perda de tempo portanto, é o primeiro e o principal de todos os pecados".  
(WEBER, 2001, p. 125)*

Em outras palavras, para glorificar a Deus, o homem deveria ocupar todo o tempo possível em sua “vocação”, com o fim de acumular riquezas. Quanto mais se acumulasse, mais Deus seria glorificado no homem. Até mesmo o dormir demais seria pecado.

Se ganhar dinheiro e não gasta-lo com futilidades a fim de se ter cada vez mais posses glorificava a Deus no homem e subseqüentemente era um passe para a vida eterna, a forma empregada para se ganhar dinheiro, desde que tivesse “aparência de honesta”, segundo Franklin, não importava.

Embora pareça especulação, isto certamente deu margem à exploração da massa trabalhadora, pois acumular riquezas mesmo se apropriando da mais valia, pagando o menor salário possível pelo maior tempo de trabalho possível, glorificava a Deus.

*“Mas, o mais importante é que o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida. A expressão paulina ‘Quem não trabalha não deve comer’ é incondicionalmente válida para todos. A falta de vontade de trabalhar é um sintoma da ausência do estado de graça.” (WEBER, 2001, p. 126)*

Para qualquer cristão protestante, fica evidente que sem a “graça” de Deus, não há salvação: *“Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isso não vem de vós: é dom de Deus.”* (Ef. 2.8).

Há uma contraposição clara ao pensamento medieval aqui, conforme identificado por Weber, onde o trabalho era necessário para a sobrevivência e não a finalidade da vida em si.

Segundo Baxter, trabalhar era um dever do homem para com Deus, mesmo para quem não precisava trabalhar. Em contrapartida, as partes exploradas, não se revoltavam, em virtude de dois pensamentos, um puritano, e outro, oriundo do próprio Lutero:

*“...todos sem exceção, recebem uma vocação da Providência Divina.  
(...)”*

*A diferenciação dos homens em camadas e vocações, estabelecida através do desenvolvimento histórico, como vimos, tornou-se para Lutero um resultado direto da vontade divina, e, conseqüentemente, a permanência de cada um na posição e dentro dos limites que lhe foram assinalados por Deus, um dever religioso.” (WEBER, 2001, p. 127)*

Este chamado “Espírito do Capitalismo” parece conseguir conduzir o pensamento religioso e moral de forma a propiciar o pleno desenvolvimento do capitalismo. De um lado, a avareza do capitalista deixa de ser pecado. Agora é a manifestação do estado da graça e glorifica a Deus. De outro, se deixar explorar pelo capitalista glorifica a Deus, pois é o pleno exercício da vocação divina.

É óbvio que dentro deste pensamento, recusar-se a obter lucro também seria pecado, pois deixaria de glorificar a Deus:

*"Com efeito, quando Deus, em cujas disposições o puritano via em todos os acontecimentos da vida, aponta, para um de Seus eleitos, uma oportunidade de lucro, este deve aproveitá-la com um propósito, e, conseqüentemente, o cristão autêntico deve atender a esse chamado, aproveitando a oportunidade que se lhe apresenta. 'Se Deus vos aponta um meio pelo qual legalmente obtiverdes mais do que por outro (sem perigo para a vossa alma ou para a de outro), e se o recusardes e escolherdes um caminho menos lucrativo, então estareis recusando um dos fins de vossa vocação, e recusareis a ser o servo do Deus, aceitando suas dádivas e usando-as para Ele, quando Ele assim o quis. Deveis trabalhar para serdes ricos para Deus, e evidentemente, não para a carne ou para o pecado.'" (WEBER, 2001, p. 129)*

Considero desnecessário outras citações neste sentido, pois o aqui exposto estabelece claramente a influência da Reforma na evolução e consolidação do capitalismo. Entrementes, qual seria a contribuição da igreja romana neste processo?

Não é necessário muito esforço imaginativo, para aperceber-se que, séculos de exploração da condição de ignorância de um povo, intimidando-o a subserviência, humildade, fugir da avareza, pagar indulgências entre outras barbáries sob pena de, em caso de desobediência, a danação eterna, produz exatamente o efeito contrário quando se descobre que a moeda tem outro lado.

Ao perceber-se que a igreja romana submetia a todos a uma vida de renúncia para que ela mesma (na verdade o clero) acumulasse riquezas, e oferece-se ao povo, um meio alternativo de salvação, longe da subserviência da igreja, onde a probabilidade de se obter lucro deixa de ser pecado, é evidente que este o aceita, sem questionar que agora, deixa de ser prisioneiro da religião e se torna prisioneiro do sistema econômico.

O puritanismo produziu no homem a vontade de acumular riquezas. Pode-se dizer que foi a principal mola impulsora do capitalismo, uma vez que, gastar recursos financeiros com futilidades era pecado e o acúmulo de riquezas glorificava a Deus, isto impeliu o homem à busca desenfreada por bens e riquezas.

Isto explicaria em parte, porque os países mais ricos são justamente os países de maioria religiosa protestante.

Para finalizar este capítulo, gostaria de citar mais uma vez Weber, naquilo que entendo traduz o efeito do puritanismo sobre as relações sócio-econômicas do homem e conceitua o “Espírito do Capitalismo”:

*“Mas, o que era ainda mais importante: a avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como ‘espírito do capitalismo’.*  
*Combinando essa restrição do consumo com essa liberação da riqueza, é óbvio o resultado que daqui decorre: a acumulação capitalista através da compulsão ascética a poupança. As restrições impostas ao uso da riqueza adquirida só poderiam levar a seu uso produtivo como investimento de capital.” (WEBER, 2001, p. 137)*

## 7. CONCLUSÃO

O capitalismo não surge com a reforma. Ele já existia. Na verdade, a igreja romana foi (talvez ainda seja) a maior instituição capitalista da história, quase que um capitalismo escravista.

O capitalismo nada mais é que este “Espírito do Capitalismo” mencionado por Weber, que tem vida própria, que não apenas cuidou de modificar as relações materiais dos homens, como buscou uma ideologia capaz de dar sustentação as suas ações.

A história do capitalismo nos mostra que este tem por característica de se reproduzir, ou de sobreviver, a transformação cultural, ética, moral, social e religiosa. Este espírito não se molda à sociedade, mas faz com que os organismos religiosos moldem-se a ele, criando novos pensamentos, novos meios de acumulação, destruindo o que já não mais interessa.



E assim o é com a igreja cristã como um todo, que católica, protestante, pentecostal, neo-pentecostal ou qualquer outro movimento.

Os movimentos que se autodenominam cristãos, há muito, afastaram-se do que se intitulam. Cristão significa seguidor de Cristo. Certamente as práticas cristãs modernas em muito diferem das práticas cristãs primitivas.

Infelizmente, à medida em que as novas práticas econômicas foram se transformando, mudavam também a ideologia, forçando as igrejas cristãs a remodelarem sua ética segundo seus interesses. A princípio, a igreja cristã combatia as práticas capitalistas. Assim o era com a igreja primitiva, a igreja romana quando começava a tomar forma e até mesmo com os primeiros movimentos reformistas.

Hoje o cristianismo como um todo está envolto ao capitalismo. Aderiu às práticas capitalistas para obtenção de riquezas. E este espírito do capitalismo, que usou a igreja para reproduzir-se, através de uma nova ética, através do ascetismo, hoje descarta por completo a igreja, pois a riqueza tem levado os cristãos às práticas mundanas outrora condenáveis.

O homem tornou-se um prisioneiro do sistema.

Encerro este trabalho, com o que considero uma “profecia” de Weber, para os tempos do fim:

*“Ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascimento de velhos pensamentos e idéias, ou ainda de nenhuma dessas duas – a eventualidade de uma petrificação mecanizada caracterizada por essa convulsiva espécie de autojustificação. Neste caso, os ‘últimos homens’ desse desenvolvimento cultural poderiam ser designados como ‘especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado.’ (WEBER, p.145)*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WEBER, Max, **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**; São Paulo, Centauro, 2001, 257p.

ALMEIDA, João Ferreira de, **Bíblia Sagrada Letra Grande**, Revista e Corrigida; Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BRAKEMEIER, Gottfried, **O Socialismo da Primeira Cristandade**, São Leopoldo, Sinodal, 1985, 59p.

LUXEMBURGO, Rosa, **O Socialismo e as Igrejas: o Comunismo dos Primeiros Cristãos**; Rio de Janeiro, Achiamé, 1980, 63p.0

**Encyclopaedia Britannica do Brasil**, 2000

**Dicionário Brasileiro Globo** 39ª ed., 1995

SANDRONI, **Novíssimo Dicionário de Economia**, 2ª ed., 1999

**DEPOIS DE JESUS**, o triunfo do cristianismo, ©1999, by Reader's Digest Brasil Ltda, 352p.

**OS ÚLTIMOS MISTÉRIOS DO MUNDO**, 2003, by Reader's Digest Brasil Ltda, 320p

CAMPOS, Lauro de Barros, **Documentário O Estado do Vaticano**, São Paulo, Publicação Independente, 6ª ed. 21p.

CASTORIADIS, Cornélius, **Socialismo ou Barbárie** 1949, 1ª Ed. São Paulo

MARCUSE, Herbert 1969, **Ideologia da Sociedade Industrial**, 3ª ed. Rio de Janeiro.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, **Notas Introdutórias ao Modo Tecnoburocrático ou Estatal de Produção**, Estudos Cebrap, 1977, pág. 77-109.

Revista **Mundo Estranho**, Dez.04, São Paulo, Ed. Abril, pág.51.

<<http://www.jbonline.terra.com.br>> Acesso em: 02.mar.06. Texto de: João Bernardo Caldeira